

SOCIOLOGIA PARA NÃO SOCIÓLOGOS

Os clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx

Glauco Ludwig Araujo
Ivan Penteado Dourado
Vinicius Rauber e Souza





UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza
Reitor

Rosani Sgari
Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos
Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin
Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior
Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

Karen Beltrame Becker Fritz
Editora

CONSELHO EDITORIAL

Altair Alberto Fávero (UPF)
Andrea Oltramari (UFRGS)
Alvaro Sanchez Bravo (UNIVERSIDAD DE SEVILLA)
Carlos Alberto Forcelini (UPF)
Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)
Cesar Augusto Pires (UPF)
Cleci Teresinha Werner da Rosa (UPF)
Fernando Rosado Spilki (FEEVALE)
Gionara Tauchen (FURG)
Giovani Corralo (UPF)
Héctor Ruiz (UADEC)
Helen Treichel (UFFS)
Jaime Morelles Vázquez (UCOL)
José Otero G. (UAH)
Jurema Schons (UPF)
Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)
Kenny Basso (IMED)
Leonardo José Gil Barcellos (UPF)
Luciane Maria Colla (UPF)
Paula Benetti (UPF)
Sandra Hartz (UFRGS)
Telmo Marcon (UPF)
Verner Luis Antoni (UPF)
Walter Nique (UFRGS)

CORPO FUNCIONAL

Daniela Cardoso
Coordenadora de revisão
Cristina Azevedo da Silva
Revisora de textos
Mara Rúbia Alves
Revisora de textos
Sirlete Regina da Silva
Coordenadora de design
Rubia Bedin Rizzi
Designer gráfico
Carlos Gabriel Scheleder
Auxiliar administrativo

SOCIOLOGIA PARA NÃO SOCIÓLOGOS

Os clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx

Glauco Ludwig Araujo
Ivan Penteado Dourado
Vinicius Rauber e Souza

2016



Copyright@ dos autores

Daniela Cardoso

Cristina Azevedo da Silva

Mara Rúbia Alves

Revisão de textos e revisão de emendas

Sirlete Regina da Silva

Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e produção da capa

Patrick Silva

João Pedro Mocellin Weschenfelder

Ilustrações

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A663s Araujo, Glauco Ludwig

Sociologia para não sociólogos [recurso eletrônico] : os clássicos da sociologia : Durkheim, Weber e Marx / Glauco Ludwig, Ivan Penteadó Dourado, Vinicius Rauber e Souza. – Passo Fundo : Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

3.200 Kb ; PDF. – (Didática).

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.

ISBN 978-85-7515-958-3 (E-book).

1. Sociologia – História. 2. Sociologia – Estudo e ensino.
I. Dourado, Ivan Penteadó. II. Souza, Vinicius Rauber e.
III. Título.

CDU: 316

Biblioteca responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sobre os autores

Glauco Ludwig Araujo

Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Assistente da área de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Participa do Núcleo de Estudos sobre Movimentos e Identidades Sociais, da Universidade de Passo Fundo, e do grupo de pesquisa Trabalho e Desigualdades: teorias e conceitos (CNPq – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). É pesquisador colaborador no Núcleo de Estudos Críticos sobre Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, da Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve investigações sobre trabalho docente universitário, movimentos sociais, feminismo e consciência de classe, desigualdades sociais.

Ivan Penteado Dourado

Doutorando em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, na linha Políticas Educacionais em Sociedades Complexas. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Sociologia na Universidade de Passo Fundo, pesquisador do Núcleo de Estudos de Movimentos e Identidades Sociais e do Núcleo de pesquisa Reclame às Ruas: Direito, Política e Sociedade, vinculados à Universidade de Passo Fundo. Coordenador do Grupo de Extensão em Economia Solidária e do Projeto Aulas de Apoio, ambos da Universidade de Passo Fundo.

Vinicius Rauber e Souza

Professor da área de Ciências Sociais e da especialização em Ciências Sociais da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Ciências Sociais pela PUCRS e especialista em Saúde do Trabalhador pela Ufrgs. Foi coordenador da área de Ciências Sociais da UPF entre 2014 e 2016. Na mesma instituição, integra a Comissão de Extensão e Assuntos Comunitários e a Comissão Integrada de Área de Saúde. Coordena o projeto de extensão Cenários em Saúde da Família e participa do projeto de extensão Ponto de Cinema.

Sumário

Introdução ao conhecimento sociológico clássico.....	8
A universidade e seus desafios	8
Os clássicos e a ruptura com o senso comum	12
Referências	15

Capítulo 1

Émile Durkheim – a emergência de um objeto científico chamado social	16
Introdução	17
Émile Durkheim, um homem de seu tempo	18
As obras sociológicas e sua concepção de sociedade.....	19
Conceitos principais, o nascimento do método sociológico	22
Organismo social, divisão do trabalho e solidariedade.....	28
O suicídio – um fato social anômico.....	30
Referências	33

Capítulo 2

Max Weber e a sociologia compreensiva.....	34
Introdução	35
Weber e a sociedade.....	35
Sociologia compreensiva/interpretativa.....	37
Tipo ideal.....	38
Ação social	39
Tipos de ação social	40
Relação social.....	41
Análise weberiana da sociedade.....	41
Racionalização	42
Desencantamento do mundo	42

Estratificação social	42
As organizações modernas e a burocracia	43
Tipos puros de dominação legítima.....	43
Dominação tradicional.....	44
Dominação carismática	44
Dominação racional-legal	45
A jaula de ferro da burocracia.....	46
A ética protestante e o espírito do capitalismo.....	47
Espírito do capitalismo	47
A ética protestante.....	49
Vocação.....	49
Capitalismo em Weber.....	50
Weber, Marx e o capitalismo	51
Referências	52

Capítulo 3

Karl Marx e a origem da sociologia crítica.....	54
Introdução.....	55
Concepção de sociedade	56
O método marxiano	58
Conceitos fundamentais	59
Trabalho.....	59
Modo de produção	62
Alienação	63
Mais-valia.....	65
Ideologia.....	66
Classes sociais.....	67
Estado.....	68
Referências	69

Introdução ao conhecimento sociológico clássico

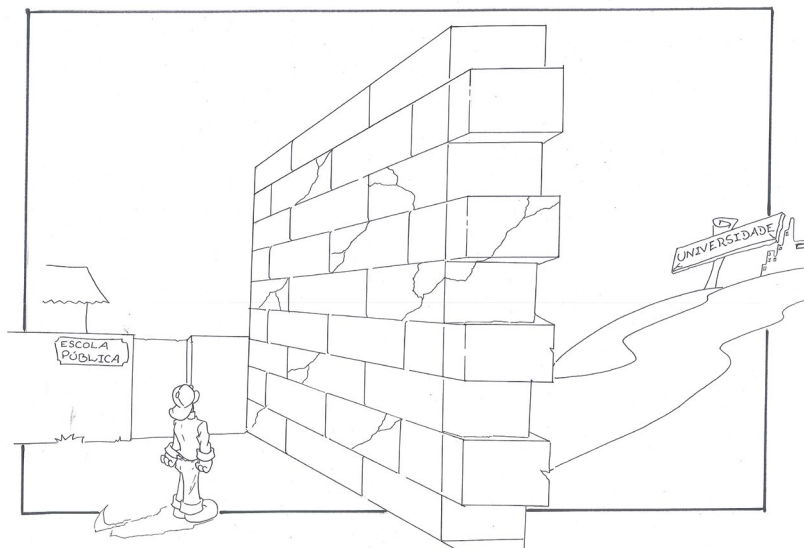


Ilustração dos desafios para a construção do conhecimento na universidade brasileira

Fonte: SILVA, Patrick, 2016.

A universidade e seus desafios

O ingresso do aluno em uma universidade constitui uma profunda transformação na experiência de conhecer e explicar a realidade que o cerca. Oriundos de diferentes realidades, os alunos têm contextos familiares, escolares e sociais diversos, mas, em comum, todos passaram por uma formação escolar mínima. Com acesso a um conjunto de conteúdos de diferentes disciplinas, a vida escolar ofereceu a possibilidade de o aluno tomar conhecimento de conteúdos das áreas com as quais mais se identifica.

A experiência escolar aponta para a possibilidade de desenvolver a capacidade de decisão com autonomia em relação à profissão que o sujeito gostaria de seguir. A universidade constitui uma das possíveis escolhas, porém, o aluno ingressante poderá se deparar com algumas dificuldades logo nas primei-

ras aulas. Dependendo do curso escolhido, o universitário vai, obrigatoriamente, deparar-se com diferentes conhecimentos acumulados historicamente e que não foram apresentados da mesma forma pela escola.

A grande distância do que é ensinado na educação básica em comparação com o que é exigido na educação superior do Brasil justificaria por si só uma publicação didática voltada para alunos ingressantes na universidade. A série didática apresenta, nesta primeira obra intitulada *Sociologia para não sociólogos. Os clássicos da sociologia: Durkheim, Weber e Marx*, uma proposta voltada para alunos de todos os cursos universitários, que tenham, em sua grade curricular, disciplinas isoladas de sociologia (Sociologia da Ciência e Tecnologia, Sociologia dos Processos Socioeducativos, Sociologia e Antropologia do Direito e Sociologia da Saúde).

Diferente do ensino de sociologia voltado para a formação de sociólogos, esses alunos, em especial, não serão sociólogos e, em grande medida, não irão produzir pesquisas sociais com solidez científica. Na realidade, os alunos ingressantes que compõem as disciplinas isoladas que constituem as disciplinas do núcleo comum da Universidade de Passo Fundo necessitam de um contato com a sociologia por meio de uma escrita mais acessível e moderna em relação aos clássicos. Nesse sentido, o presente volume não visa substituir a leitura dos clássicos da sociologia, mas aproximar o leitor iniciante do pensamento desses teóricos, preparando-o para uma posterior leitura autônoma.

Professor e alunos poderão apropriar-se do texto de diferentes formas, sem necessariamente precisar ler os capítulos em sequência. A inventividade e a criatividade das discussões decorrentes dessa leitura abrem muitas possibilidades interpretativas e imagéticas. Segundo nos informam os sociólogos Bourdieu, Chamboredon e Passeron, na tentativa de ensinar ciência, acabamos por conduzir:

A obediência incondicional de um *organon* de regras lógicas, que tende a produzir um efeito de “fechamento prematuro”, fazendo desaparecer, para falar como Freud, “a elasticidade nas definições”, ou como diz Carl Hempel “a disponibilidade semântica dos conceitos” que, pelo menos em certas fases da história de uma ciência, ou do desenrolar de uma pesquisa, constituem uma das condições da invenção (1999, p. 14).

Afirmamos que esse quadro representa uma barreira, muitas vezes, intransponível no entendimento sobre o que realmente constitui a área na qual o aluno está se inserindo ou passará a conhecer por um ou dois semestres. Quando os objetivos do pensamento científico são misturados, combinados e selecionados pelo professor, esse processo, em muitos casos, não leva em conta o perfil dos alunos. Esses alunos, algumas vezes, não conseguem diferenciar nem mesmo

conhecimentos sociológicos de filosóficos ou históricos e acabam distanciando-se da complexidade contida nos conhecimentos humanísticos.

O resultado vivido na educação brasileira é a não identificação com a disciplina, em grande medida por não conseguirem compreender a importância dos conhecimentos sociológicos para seu futuro intelectual e profissional, resultando na construção de enormes barreiras ao conhecimento sociológico. Como autores do presente livro, acreditamos no potencial desta proposta como um caminho possível capaz de aproximar os alunos de diferentes cursos da riqueza das obras clássicas da sociologia, quando apresentada sob o compromisso da simplicidade de termos e com um grande número de exemplos didáticos, sem, com isso, comprometer o rigor teórico e acadêmico.

É importante reforçar que os elementos fundamentais para a construção de um pensamento científico, ou seja, a construção de um pensamento abstrato, conceitual, complexo e objetivo, não estão presentes na maior parte da formação escolar do estudante brasileiro. Assim, o ingresso do aluno em uma universidade é algo digno de uma maior problematização, já que esse momento é fundamental para o estudante. Identificamos que esse período merece uma maior atenção, principalmente, no que diz respeito aos processos de maturação do pensamento abstrato-conceitual.

Nesse sentido, defendemos a valorização da construção de publicações e tecnologias didáticas capazes de inserir gradualmente os educandos no mundo acadêmico, e é por esse somatório de elementos apresentados que esta obra didática se justifica. Como foi dito, ela não objetiva suprimir a necessidade de leitura dos clássicos da sociologia, mas, apenas, encorajar uma aproximação mais prazerosa e menos traumática a alunos iniciantes na leitura sociológica. Propomos, aqui, discutir alternativas que superem a estratégia didática da formação acadêmica tradicional, dialogando com autores de diversas escolas e correntes de pensamento, buscando refletir com os alunos o processo acadêmico, que convida todos em sala de aula a vivenciar a passagem gradual do senso comum para o pensamento científico.

Esse processo permitirá a abertura de novas possibilidades para pensarmos a composição de uma espécie de “etapas do pensamento no nível superior”. Nossa proposta se resume a pensar como seria essa primeira etapa, uma etapa que objetiva encorajar, dar sentido, mobilizar. Objetivamos, com a presente obra, aproximar os alunos do que Wright Mills chamou de *imaginação sociológica*, que, segundo ele:

Capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem freqüentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. [...] A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas [...] (1975, p. 11-12).

Diferenciar o que Mills chama de *consciência falsa* dos conteúdos científicos constitui uma das principais dificuldades do aluno iniciante. Como é possível ao aluno diferenciar as falas dos políticos, das opiniões vigentes, dos textos científicos e das falas de um jornalista? Muitas vezes, todas essas questões são debatidas em sala de aula, cabendo ao professor conduzir os debates para aproximar os alunos de uma visão científica. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) nos chamam a atenção para a necessidade de revisitar os clássicos sempre que for possível, pois somente assim assumiremos o compromisso de uma eterna *vigilância epistemológica*, necessária para a produção e o ensino de conhecimentos sociológicos.

Ítalo Calvino, em sua obra *Por que ler os clássicos* (1993), afirma: “Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia” (1993, p. 14). Ou seja, clássicos são aqueles livros que servem de referência obrigatória para falar sobre algo no campo do conhecimento. Assim, a aproximação dos alunos dos clássicos da sociologia permite-lhes conhecer teóricos que são e serão referência do tema ou assunto, faz com que esses alunos encontrem o seu clássico: “O ‘seu’ clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele” (CALVINO, 1993, p. 13).

Por mais contraditório que seja, se já é difícil para o aluno compreender as diferenças das lógicas discursivas existentes, esse processo fica ainda mais complicado quando são os próprios professores de outras áreas, os produtores do que chamou de *obstáculo epistemológico* por excelência porque “produz(em) continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo em que as condições de sua credibilidade” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 23).

Essa confusão acaba por afastar o aluno do pensamento crítico e complexo que constitui a base de uma formação superior. Distante do entendimento do que se passa nas aulas, o aluno passa a assumir uma postura utilitarista de estudar apenas “para passar”, e seu objetivo é receber o diploma. O ensino superior, para esses alunos, passa a ser entendido como um obstáculo, e não mais como uma oportunidade de acesso ao conhecimento acadêmico.

O aluno começa a negar a complexidade do processo de aquisição de novos conhecimentos e seu objetivo reduz-se a “passar” nas disciplinas com nota mínima, desejando terminar logo sua formação superior. Max Weber, em uma conferência publicada em 1918, já apontava para a característica utilitária nos jovens alemães em relação ao pensamento científico, ao afirmar que:

Em nossos dias, quem continuaria a adotar essa mesma postura diante da ciência? Particularmente, a juventude está possuída de um sentimento inverso. Para os jovens, as construções intelectuais da ciência constituem um reino irreal de abstrações artificiais e ela se esforça, em vão, por colher, em suas insensíveis mãos, o sangue e a seiva da vida real (WEBER, 2006, p. 39-40).

Os clássicos e a ruptura com o senso comum

Diferente do uso político do senso comum defendido por Thomas Paine em *Senso comum*: os direitos do homem (2009), reservamos aqui um entendimento mais restrito a esse conceito. Senso comum constitui uma forma de conhecimento compartilhado socialmente. Permite que o cidadão comum possa entender e, assim, explicar o mundo que o cerca de forma suficiente para que seja possível viver em sociedade.

12



As opiniões compartilhadas no cotidiano sobre diversos temas, sejam políticos, sociais ou econômicos, não constituem “opiniões pessoais”. Em grande medida, vemos o senso comum como resultado de opiniões compartilhadas, que são aprendidas e reproduzidas de formas diferentes, oferecendo a sensação de o sujeito possuir uma visão única, particular e original e, por isso, acreditar ser a “sua opinião”.

Em parte, podemos identificar que o senso comum constitui uma forma de conhecimento que carrega algum tipo de lógica. Essa lógica dificilmente permite um entendimento profundo sobre as causas e os efeitos das questões que se discute. O princípio do pensamento compartilhado carrega sempre uma lógica explicativa simples, que, quando professada a outrem, seja facilmente entendida, memorizada e, assim, compartilhada novamente. Essa característica discursiva está muito presente também na comunicação midiática, na venda de produtos e na imposição de ideias pré-concebidas.

O senso comum já foi identificado também como uma tentativa empirista de dar conta da realidade. O sujeito é levado a considerar apenas os exemplos que ocorrem no seu cotidiano, e, com o tempo, tende a identificar alguns padrões. Ele passa, então, a acreditar que é possível generalizar esses padrões localizados como verdades universais de forma especulativa. Segundo afirma Vygotsky, “Poder-se-ia dizer que o desenvolvimento dos conceitos espontâneos da criança é ascendente, (indutivo)” (1991, p. 93). Esse processo subjetivo é comum ao ser

humano. Hannah Arendt identifica o senso comum como processo especulativo presente inicialmente nos políticos gregos, e afirma que:

Os gregos davam a essa faculdade o nome de *phrónesis*, ou discernimento, e consideravam-na a principal virtude ou excelência do político, em distinção da sabedoria do filósofo. A diferença entre esse discernimento que julga e o pensamento especulativo está em que o primeiro se arraiga naquilo que costumávamos chamar de *senso comum*, o qual o último constantemente transcende. [...] A isso devemos o fato de nossos cinco sentidos e seus dados sensoriais, estritamente pessoais e “subjetivos”, se poderem ajustar a um mundo não-subjetivo e “objetivo” que possuímos em comum e compartilhamos com os outros. O julgamento é uma se não a mais importante atividade em que ocorre esse compartilhar-o-mundo (ARENDT, 2007, p. 275-276, grifo nosso).

É possível identificar também, nas falas de senso comum, a existência de resquícios de verdades ou explicações científicas do passado. Dessa forma, muitos conhecimentos aprendidos na escola pelas gerações passadas são repassados para seus filhos como verdades fixas. Assim, o aprendizado de senso comum tem sua origem no espaço doméstico, o que, em parte, não deixa de construir uma espécie de manutenção das verdades do passado, que a geração anterior utiliza como forma de explicação do mundo. O problema das chamadas “verdades do passado” é que elas possuem grandes chances de já terem sido problematizadas e superadas por novas pesquisas e estudos, mas teimam em permanecer no imaginário popular.

⇐ 13

É importante não confundir senso comum com cultura popular, saber popular e tradições culturais. Nesses casos, independente de serem científicos ou não, tratam-se de saberes que carregam tradições e enriquecem a diversidade cultural. Dessa forma, o senso comum não engloba a *situação espontânea* de aprendizagem, mas constitui um conhecimento que acontece espontaneamente, sem uma instrução prévia, mas de forma extremamente rica e extensa, e não existe conhecimento acadêmico ou escolar correspondente a ser proposto. Reconhecemos os saberes locais e populares como possuidores de um alto nível de validade para pensar os problemas locais (NACIONES UNIDAS, 2013).

A discussão que propomos não pode ser simplificada como a defesa de que o único saber válido é o saber científico e que qualquer outro conhecimento não seja dotado de validade, acusando-nos de portar uma concepção positivista¹ de educação. Constatamos, apenas, que o saber científico constitui um tipo diferente de conhecimento, com características particulares que o tornam um todo complexo mais coerente, que é chamado de pensamento científico por ter método e formas objetivas de explicação da realidade.

¹ Como ocorreu com Émile Durkheim, conforme veremos no Capítulo 1.

Isso posto, voltamos a discutir a realidade cotidiana dos alunos que travam uma batalha de entendimento do mundo em seu cotidiano. Sabe-se que, no Brasil, falar sobre política, cultura, sociedade, futebol ou qualquer assunto da ordem do dia é corriqueiro, pois se considera que sejam assuntos de livre discussão e interpretação. Mesmo nos espaços de ensino, os alunos aprendem a falar livremente, a criticar e a defender soluções para questões que cercam sua realidade. Esses jovens encontram-se, em grande medida, imersos em atitudes e opiniões do senso comum.

De alguma forma, o senso comum constitui um forte empecilho para a construção de conhecimentos e entendimentos mais complexos sobre o real. Explicar a realidade constitui uma forma de poder e o desejo de possuir esse poder pelo caminho mais fácil é algo altamente desejável para qualquer ser humano.

O que nos ajuda a problematizar a questão do ensino de sociologia é que ela constitui uma ciência que carrega a tentativa de superação das visões ingênuas e busca identificar suas próprias limitações, oferecendo um arcabouço conceitual para análise do real. Nas palavras de Émile Durkheim: “[...] a própria ciência se assenta na opinião, a sociologia é uma ciência da opinião. Porém, ela não faz opinião, ela esclarece e a torna mais consciente de si. [...] E é da opinião que ela tira força para agir sobre a opinião” (1989, p. 178).

A batalha mais dura a ser travada dar-se-á no momento do ingresso dos alunos no espaço universitário. Nesse ambiente, talvez pela primeira vez, eles serão confrontados com autores, métodos e níveis de complexidade relativamente novos. Acostumados a falar e a reproduzir o que aprenderam de forma simples e sem levar em conta a origem das ideias que defendem, percebem a grande dificuldade de se adaptar ao mundo da leitura, do questionamento, e ter de reconhecer, cotidianamente, as limitações das opiniões que carregam sobre a realidade. Existiria uma demanda de uma nova postura, uma espécie de ideal de humildade, em relação ao conhecimento, quase inexistente no espaço de ensino escolar, a qual Sócrates definia como um princípio necessário para o ato de conhecer, ou seja, “Só sei, que nada sei”.

Nesse sentido, as ciências sociais têm como grande desafio a construção da consciência crítica necessária ao próprio aluno e seu poder de refletir sobre os valores e as condutas oriundas da educação e socialização que recebeu. O contato com os clássicos da sociologia permitirá que o estudante, mesmo que não sonhe em ser um analista da sociedade, seja capaz de tornar-se consciente da limitação e do potencial da sua formação, buscando perceber a realidade social de forma mais complexa e autônoma, com uma percepção geradora de autonomia. A originalidade da obra consiste justamente em adequar a linguagem acadêmica de nível superior às características de um público que terá apenas um breve contato

com a sociologia e que possui uma necessidade diferenciada na instrumentalização desses autores.

É com esse conjunto de elementos que convidados o leitor a mergulhar nos clássicos da sociologia. Seja muito bem-vindo à viagem rumo à origem da sociologia, e para fazer companhia nessa empreitada, convidamos os clássicos da sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Boa leitura.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 246 p.

NACIONES UNIDAS. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Asamblea General de Naciones Unidas. Resolución 66/288. *El futuro que queremos*. 11 de septiembre de 2012. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/66/288>>. Acesso em: mar. 2016.

PAINE, Thomas. *Senso comum: os direitos do homem*. São Paulo: L&PM, 2009. Originalmente publicado em 1776.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Capítulo 1

Émile Durkheim – a emergência de um objeto científico chamado social



Reprodução de fotografia de Émile Durkheim¹

¹ Disponível em: <www.revistaenue.clarin.br>. Acesso em: 9 abr. 2016.

Introdução

Para iniciar um texto explicativo sobre um pensador considerado filósofo social, antropólogo e “pai” fundador da sociologia, será preciso começar com a problematização de algumas questões básicas. Se pensarmos ciência como um tipo específico de conhecimento, podemos problematizar algo central: como se origina um novo campo de conhecimento científico? Para responder a essa e a outras questões, será necessário provocar o leitor a se perguntar sobre a origem do seu próprio campo de conhecimento.

Para estudantes de engenharias, ciências da saúde, ciências matemáticas, comunicação, licenciaturas e tantos outros cursos que integram uma universidade, caberiam as seguintes perguntas: quais foram os pensadores que iniciaram a problematização de cada uma dessas áreas? Como a área que você escolheu estudar delimitou e fortaleceu historicamente seu próprio objeto de conhecimento científico?

Estudantes universitários conseguem, em grande medida, traçar minimamente a diferença entre uma formação universitária e uma formação técnica. Talvez não exista nada mais irritante que um familiar ou amigo que confunda cotidianamente essas áreas de atuação e pergunte com ar de provocação: “Para que serve um engenheiro mecânico, se ele não consegue arrumar um carro avariado?”; ou como aceitar que um analista de sistemas não consiga formatar o computador pessoal da própria mãe?; ou ainda que arquiteto é esse que não é capaz de “levantar” uma parede de tijolos.

É compreensível, porém, que quem não tem formação universitária, ou não convive com pessoas com tal formação, confunda cotidianamente essas questões. Para os não iniciados na formação científica, a ideia é de que a teorização e a execução técnica de atividades seja “tudo a mesma coisa”, ou seja, o pensamento comum tende a acreditar que as áreas técnicas e acadêmicas não se diferenciam, e que todas deveriam servir para resolver as necessidades do dia a dia.

Para quem está ingressando na universidade e deseja integrar o espaço da produção de conhecimento, seja como bolsista ou voluntário em algum grupo de pesquisa,² será necessário construir uma melhor compreensão sobre os elementos constituintes do fazer científico. Um dos objetivos fundamentais na trajetória de formação de um aluno de graduação é fazer com que ele compreenda os mé-

² A melhor forma de um aluno conhecer os projetos de pesquisa ou extensão da sua universidade está em atitudes muito simples: procurar os setores de pesquisa e extensão, seja na página da universidade, seja visitando os setores, ou ainda perguntando pessoalmente para os professores com os quais mais se identifica com sua postura e metodologia, caso eles façam parte ou coordenem projetos de pesquisa e extensão. Em linhas gerais, todo professor extensionista ou pesquisador procura alunos proativos, que desejem conhecer seus projetos. Ingressar como voluntário é sempre a melhor forma de conhecer o que a universidade tem a oferecer.

todos de produção e validação do saber em sua relação com leituras, professores e orientadores. É nesse sentido que emergem duas questões importantes: como surge um campo de conhecimento científico específico? Quais são as bases de fundação de um novo estatuto científico?

O presente capítulo pretende percorrer a formação de um campo de conhecimento científico, sua emergência e sua consolidação como uma ciência que estuda o *social*, acompanhando o esforço teórico de seu precursor. Pretendemos identificar na proposta de Émile Durkheim o contexto histórico, político e social em que houve a emergência de sua teoria, para, somente depois, apresentar os principais elementos conceituais e metodológicos que constituem o fazer sociológico proposto por esse pensador.

Émile Durkheim, um homem de seu tempo

Filho de rabino, nascido em 1858, na cidade de Épinal, noroeste da França, David Émile Durkheim acompanhou um período intelectual altamente influenciado pelo chamado “espírito moderno”. A educação francesa acompanhava de forma vívida o avanço da ciência e da democracia, com uma economia que despontava como um “neocapitalismo”, que influenciou quase um século mais tarde o surgimento do *Welfare State* (Estado de bem-estar social).

Com formação acadêmica chamada *normale* (1879-1882), Durkheim conquistou seu título de *Agrégé de Philosophie*. Começa como professor de filosofia em escolas da região, até conquistar seu espaço como professor de pedagogia e de ciência social na Faculté de Lettres de Bordeaux (1887-1902).

Do meio para o final do século XIX, período intelectual mais produtivo de Durkheim, surgiram também pensadores importantes em outros campos do conhecimento. No campo das ciências naturais, com Charles Darwin (1809-1882), na psicanálise proposta por Sigmund Freud (1856-1939), na física, com Albert Einstein (1879-1955), na química e medicina, com Louis Pasteur (1822-1895), e na própria sociologia e economia, com as obras do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883).

No contexto europeu como um todo, o período de vida de Durkheim ensejou mudanças políticas e sociais muito profundas. Em países próximos ocorreram prévias de importantes revoluções, tais como a alemã (1918) e a Revolução Russa (1917), que ilustram o contexto de influência das mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no entorno do território francês. Foram tão intensas essas mudanças sociais na vida de Durkheim, pois que até a própria França vivenciara a Revolução Francesa (1789-1799), que representou uma dos movimentos mais radicais no que diz respeito ao modelo político e social, calcado nos ideais de

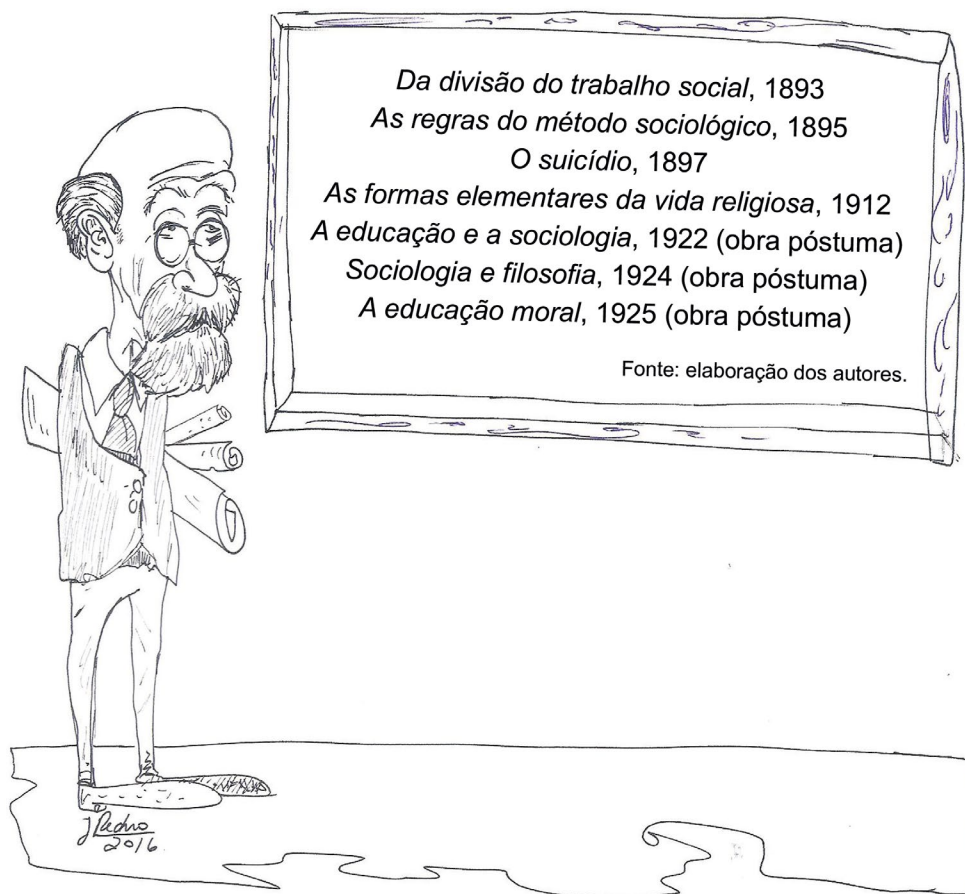
igualdade, liberdade e fraternidade. É possível, inclusive, localizar no seu próprio local de nascimento, região que ficava entre a Alsácia e a Lorena, o conflito que iniciou com a tomada pela Alemanha, em 1871, resultando na guerra entre esses dois países.

Se partirmos dessa conjuntura, em que as ideias de Émile Durkheim emergem, é possível entender as premissas filosóficas e teóricas que culminaram na sua proposta científica. José Alberto Rodrigues, que escreve a introdução e organiza a coleção Sociologia, dedicada a Émile Durkheim, afirma: “Na adolescência, o jovem David Émile presenciou uma série de acontecimentos que marcaram decisivamente todos os franceses em geral e a ele próprio em particular” (2000, p. 7).

As obras sociológicas e sua concepção de sociedade

Estudando a fundo as principais teorias filosóficas publicadas até então, em seu período, Durkheim materializa esse resgate em sua tese complementar, intitulada *Montesquieu e Rousseau, precursores da sociologia* (*Montesquieu et Rousseau, précurseurs de la sociologie*), publicada em 1892. Posteriormente, o autor publica sua principal tese, intitulada *Da divisão do trabalho social* (*De la division du travail social*), em 1893, que alcançou grande repercussão em sua época, influenciado fortemente por teóricos como Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903). Logo após, publica sua obra célebre *As regras do método sociológico* (*Les règles de la méthode sociologique*), em 1895, e *O suicídio* (*Le suicide*), em 1897.

Conforme afirma Rodrigues: “Num período de somente seis anos, foram editados praticamente três quartos da obra sociológica de Durkheim, que demonstra uma extraordinária fecundidade teórica” (2000, p. 13). No Quadro 1, enumeram-se as obras publicadas e a respectiva data de publicação.



Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Entre uma das principais preocupações teóricas desse pensador estava a consolidação da sociologia como área de produção específica de conhecimento científico. Foi Durkheim que conduziu o positivismo comteano a uma relevante elevação de suas premissas filosóficas, a um patamar científico. Foi responsável, também, por trazer o método hipotético-dedutivo para o interior de uma ciência social, propondo uma metodologia de pesquisa extremamente relevante para o período. Nessa perspectiva, ele demonstra que a produção de pesquisa quantitativa com bases estatísticas teria a capacidade de conduzir a sustentação de teorias e hipóteses explicativas sobre os fenômenos sociais. Dito isso, caberia, então, a identificação mais geral da sua concepção de sociedade, para, depois, percorrermos os conceitos centrais presentes em sua ampla produção teórica.

É sabido que toda teoria existente, de qualquer campo do conhecimento, está alicerçada em premissas filosóficas e é necessário compreender minima-

mente essas bases para então identificar seus limites e possibilidades. Dentro de uma ciência como a sociologia, que nasce em um período conturbado, não é possível negar as influências que os contextos político, social, econômico e cultural tiveram na formulação de uma teoria explicativa sobre o social.

Inserido dentro de um ideal positivista de pensamento, Durkheim identifica que uma das principais funções de sua concepção de sociologia seria a de objetivar a conservação das sociedades. O risco de os conflitos sociais colocarem fim ao equilíbrio social e, talvez, como consequência mais radical, colocar fim à existência humana acende um sinal de alerta em Durkheim. Essa preocupação, legítima em seu tempo, insere na concepção de sociedade pensada por Émile a consolidação de uma ciência capaz de garantir o equilíbrio social.

Sobre a consolidação de um novo campo de conhecimento, o diálogo com as demais ciências transforma-se em uma questão estratégica. Segundo Durkheim (2005a), diferentemente dos animais e dos minerais, por exemplo, a humanidade viveria no que ele chamou de *reino social*. Esse diálogo com as ciências naturais cobrará um preço alto devido às críticas que receberá posteriormente, principalmente no que diz respeito à crença de neutralidade científica contida no seu ideal de método sociológico proposto.

Sua preocupação acerca do conceito de *solidariedade social* revela sua concepção funcionalista de sociedade em boa parte de suas obras. Seus estudos apontavam para uma busca incessante em relação à função de cada indivíduo, instituição e grupos sociais na manutenção da própria sociedade. Essa solidariedade não tem o sentido cristão, ou seja, não significa “ajudar o próximo”. A ideia de solidariedade de Durkheim aponta mais para um dever moral de cooperação com a sociedade, um mecanismo central na engrenagem, que necessita de equilíbrio para manutenção do todo social harmônico.

Segundo Durkheim (2005a), a moralidade é um dos aspectos sociais que teria uma função central para o fortalecimento da coletividade. A educação deveria, segundo ele, apontar principalmente para a manutenção e o fortalecimento de crenças, valores e comportamentos definidos como corretos pela coletividade. Uma proposta de educação com perfil positivo, tal como consta na bandeira brasileira, “Ordem e Progresso”, seriam elementos balizadores do ideal de sociedade para Durkheim.

Cada sociedade contaria com seus próprios valores, regras e condutas, e caberia à educação ensinar esses conteúdos considerados “corretos”, com a finalidade de garantir que seus membros carreguem os valores e as condutas que a sociedade necessita. Se cada sociedade tem seus próprios valores e comportamentos socialmente desejados, caberia à educação a ratificação dos seus conteúdos, garantindo, assim, a manutenção e o equilíbrio da sociedade.

Como exemplo, na Roma Antiga, o conteúdo da educação era diferente do conteúdo da educação espartana, porém, em ambas as sociedades, a função da educação seria a mesma, ou seja, formar indivíduos sociais capazes de atender às demandas sociais. Cada sociedade tem o poder de definir as características que a definem, ou seja, garantir que a educação forme a próxima geração, garantindo uma consciência coletiva uniforme e avessa a contradições. A educação na concepção de Durkheim não constitui um ato natural e seu conteúdo não é uma invenção individual (como afirma o senso comum: uma escolha livre do indivíduo), mas um exemplo de comportamento social, em que conteúdo, formas e meios são socialmente compartilhados e legitimados pela própria sociedade.

Essa crença no potencial da ciência e da razão como elementos principais na educação e na evolução da sociedade apontava para uma proposta de educação científica, laica e voltada à formação de sujeitos segundo as necessidades da sociedade. Essa postura levou Durkheim a defender um tipo de sociologia holística, ou seja, dos entendimentos gerais e amplos, presentes na sua proposta conservadora e funcional de educação e sociedade. Como veremos na sequência, a educação será uma peça fundamental na inserção dos indivíduos na sociedade.

22



Conceitos principais, o nascimento do método sociológico

Logo nas primeiras páginas de seu livro *As regras do método sociológico*, o primeiro na história escrito por um sociólogo, Durkheim (2005a) discute exclusivamente uma metodologia de pesquisa científica, assim identificamos a prova cabal da paternidade e o desejo consciente de nascimento de uma nova ciência. Durkheim apresenta uma definição central capaz de responder à grande parte das questões apontadas inicialmente no presente texto.

A definição conceitual de *fato social* proposta por Durkheim teria a exata função de definir de forma geral o objeto de estudos da sociologia, ou seja, “designar mais ou menos todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com certa generalidade, algum interesse social” (DURKHEIM, 2005a, p. 1).

O que poderia parecer uma imprecisão conceitual na citação anterior, ao afirmar “*mais ou menos todos os fenômenos*”, serviria para propor uma problematização didática ao leitor. Quando perguntamos: O que estuda a sociologia? Normalmente, o tipo de resposta que obtemos é: “a sociologia estuda a sociedade”. Na realidade, essa resposta é altamente imprecisa e superficial, mas extremamente comum no Brasil, onde grande parte dos alunos que tiveram experi-

ência educativa na disciplina de sociologia em sua trajetória escolar encontrou ministrando essa disciplina profissionais sem formação específica na área.

A sociologia não estuda a sociedade, a sociologia tem como objeto de estudo, segundo Durkheim, *tudo aquilo que for resultado do social*. Assim, o verdadeiro objeto de estudo da sociologia é o “social”, nas palavras do autor:

[...] eis, portanto, uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõe a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada a qualificação de sociais (DURKHEIM, 2005a, p. 2).

Se o social constitui um objeto de estudo específico, então é passível de ser identificado facilmente na nossa realidade cotidiana. Porém, afirmar que tudo que acontece na sociedade é resultado do social é altamente impreciso e simplificador. Podemos pensar em comportamentos comuns que se realizam no interior da sociedade, mas que, a princípio, não resultam de uma influência social. O ato de tropeçar, o ato de criar um alfabeto próprio para que se possa escrever em um diário secreto ou, mesmo, o ato de espirrar por causa de uma alergia seriam exemplos de fatos individuais. A grande complexidade do objetivo da sociologia está, primeiramente, em diferenciar comportamentos individuais de comportamentos sociais, já que apenas os últimos podem ser explicados e problematizados pela sociologia.

A real diferença entre o individual e o social poderá ser revelada por meio do seu conceito de *fato social*. O fato social constituiria uma possibilidade interpretativa capaz de identificar na realidade apenas aqueles comportamentos que são resultado de um aprendizado social, que poderiam conter explicações sociais. A criação desse conceito tornou possível:

[...] representar, de maneira precisa, o domínio da sociologia. Ela compreende apenas um grupo determinado de fenômenos. Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda a tentativa individual de fazer-lhe violência (DURKHEIM, 2005a, p. 10).

Em linhas gerais, para que um fato seja definido como social, terá sempre de satisfazer três características básicas, ou seja, esse comportamento deve ser obrigatoriamente *exterior ao indivíduo, coercitivo e generalizado*. Assim, sempre que quisermos explicar e compreender um comportamento pela sociologia, será necessário perguntar: esse comportamento é uma criação individual ou é social-

mente aprendido? Para responder a essa pergunta, será sempre necessário, primeiramente, descobrir se esse comportamento constitui um legítimo fato social.

Para Durkheim (2005a, 2008a), quando nascemos, somos seres formados apenas por necessidades naturais: emoções e necessidade fisiológicas, tais como fome, frio, calor, sono, sede, raiva, alegria e tristeza, ou mesmo as necessidades de defecar e urinar, que seriam exemplos de atributos inatos e inscritos na criança desde o seu nascimento. Quando nascemos, somos formados apenas por um conjunto de necessidades naturais, e, ao longo da vida, vamos recebendo comportamentos e necessidades de ordem social. O ser humano, só pode ser considerado um ser social, pois, diferentemente dos demais mamíferos, somos os únicos que apresentam comportamentos sociais, ou seja, só nos tornamos humanos se formos educados para tal.

Prova da nossa necessidade de socialização, da nossa eterna necessidade do conviver com outros seres humanos, está na própria justificativa da definição de o humano ser precedido por um verbo. *Ser* humano significa que nunca nos tornamos humanos totais, pois a nossa humanização é um processo sem fim, é ação pura. Conforme define Paracelso: “A aprendizagem é a nossa vida, desde a juventude até a velhice, de facto quase até a morte; ninguém vive durante dez horas sem aprender” (1951 apud BRITO, 2004, p. 12).

A socialização é tão central que todos os casos de crianças que foram abandonadas, isoladas ou excluídas do convívio em sociedade nos primeiros meses de vida resultaram em seres que nem de longe apresentam comportamentos considerados humanos. O cinema nos oferece exemplos, como os personagens Tarzan ou Mogli, conhecidos, respectivamente, como menino macaco e menino lobo. Houve, também, exemplos reais, como o caso indiano das irmãs Amala e Kamala, adotadas e “criadas” por uma matilha de lobos. Esses casos são ilustrativos de crianças que foram abandonadas em florestas e, devido ao convívio com animais, adquiriram seus hábitos e comportamentos, sem apresentar nenhuma característica humana socialmente reconhecível. Sem falar nos inúmeros casos de crianças isoladas em quartos e porões escuros, que, ao serem descobertas, apresentavam aspectos e comportamentos impossíveis de serem categorizados como humanos.

Aquilo que apresentamos como comportamento social é resultado direto da nossa educação e do convívio com outros seres em sociedade. O objeto da sociologia definida por Durkheim consiste exatamente em estudar esse tipo de conteúdo, que pode ser ensinado, aprendido e reproduzido, ou seja, é exterior ao indivíduo. Não sendo natural ou automático, mas socialmente construído na vida do indivíduo. É esse conjunto de comportamentos que são definidos pela *coletividade* como corretos e são reproduzidos de forma generalizada. E, ainda,

são comportamentos definidos como corretos e salutar, por isso, os sujeitos são *coagidos*, ou mesmo obrigados, a segui-los, sob a pena de serem punidos ou até excluídos do convívio pelos demais.

Desse modo, podemos definir que a educação é algo eminentemente social, pois prepara o indivíduo para a vida em uma sociedade específica. Essa sociedade, no momento do nascimento do indivíduo, já está criada, construída com regras e comportamentos definidos. Apesar de não ter sido pensada ou criada por um indivíduo, ou seja, não existe um líder ou um dono da sociedade, todo novo indivíduo que nasce terá apenas que aprender e se adaptar para poder viver no coletivo. Em resumo, todas as sociedades têm fatos sociais, o que varia em cada uma é o seu conteúdo e as formas adotadas para repassá-lo aos seus novos membros.

A proposta conceitual de Durkheim é sobre a importância da capacidade do estudioso e observador da sociedade de diferenciar um fato individual de um fato social. Assim, todo o fato social será, a princípio, o objeto legítimo de estudo da sociologia. Essa definição clara retira o poder anterior que as outras ciências detinham, que tentavam explicar os comportamentos sociais com interpretações como a do inatismo (comportamentos naturais, dados na genética ou na natureza humana) ou de que os comportamentos seriam, basicamente, resultado de escolhas individuais e racionais (a ideia que vigora na opinião comum, em que se acredita que todos têm as mesmas chances, e que seria a escolha errada que conduziria sujeitos a cometer crimes, por exemplo).

Para Durkheim, ao contrário dessas explicações insuficientes, o indivíduo não teria espaço para ter uma ação livre, suas ações seriam resultado de fatores sociais e suas opções de conduta seriam resultado do tipo de aprendizado que recebeu ao longo de sua vida. “Não podemos escolher a forma de nossas casas, nem a de nossas roupas; pois uma é tão obrigatória quanto a outra” (DURKHEIM, 2000, p. 51).

Se, por exemplo, tivermos o desafio de refletir sobre o ato de tropeçar no momento em que andamos distraídos na rua, inicialmente, a cena pode ser imediatamente vista como um fato individual. Podemos categorizar essa ação como algo individual, pois não apenas não aprendemos uma forma correta de tropeçar como esse comportamento não é estimulado socialmente, ninguém estimula ou obriga outra pessoa a tropeçar, tampouco esse comportamento seria algo correto, que seria estimulado a ser praticado em alguma situação especial. Apesar do ato de tropeçar ser algo comum e generalizado, não basta satisfazer apenas uma ou duas características do fato social proposto por Durkheim. Para que um fato seja considerado social, as três características deverão sempre ser satisfeitas, do contrário, a sociologia não pode pretender explicar essa ação de forma suficiente.

Outro exemplo ilustrativo poderia ser o fenômeno da fome. Sentir fome é uma necessidade humana natural e é algo interno ao indivíduo, por isso, poderíamos definir a fome como um fato biológico ou uma necessidade individual. Porém, se pensarmos que vivemos em sociedade e que o acesso ao alimento está sempre relacionado ao tipo de sociedade, cultura e economia em que se vive, será possível problematizar a fome como um objeto social (sentir fome e logo dirigir-se à geladeira ou a um restaurante é uma questão, mas passar fome por motivos de desigualdade social, nascer e viver em locais onde a fome é algo comum e viver em um país onde parcelas da população passam fome transformam uma questão biológica e individual em uma problemática social). Começamos, assim, a identificar que, dependendo do problema que formulamos, um fato pode ou não ser um objeto de estudo social. Se a fome passa a ser um problema coletivo e o nosso objetivo passa a ser o entendimento da fome como um processo social, ela passa a ser entendida como um fato social.

Se o problema que se quer descobrir são os fatores que causam a fome em um determinado país, começamos a cercar um objeto sociológico, ou seja, nesse contexto, a fome é algo *generalizado, que precisa ser discutido considerando algumas questões*: ocorre em algumas regiões ou classes sociais específicas? Essas pessoas não comem por falta de acesso ao alimento? Será necessário identificar se existem garantias de acesso a um trabalho digno para todos e, nas palavras de Durkheim, é necessário identificar se essas pessoas são *coagidas* ou não têm nenhuma possibilidade de escolha de fazer parte ou não do desemprego formal. Nesse sentido, se for possível identificar que a fome constitui um problema social e econômico, podemos identificar esse fato como algo *exterior* ao indivíduo, a fome constitui, então, um *fato social* legítimo nesse contexto social.

Para tornar mais complexa essa análise proposta por Émile Durkheim, a ação resultante no ato de tropeçar



Fonte: SILVA, Patrick, 2016.

(fato individual) poderá resultar em uma conseqüente queda. Poderíamos continuar definindo essa ação como outro exemplo de fato individual, já que ninguém gosta ou é coagido socialmente a cair. Porém, precisaríamos descobrir se em uma dada sociedade, que se deseja observar, existe algum tipo de educação capaz de ensinar as formas corretas de cair sem se machucar.

Esse seria o caso, por exemplo, do Japão, que tem como um dos esportes nacionais a prática do judô. Entre os principais elementos ensinados nessa atividade, está a arte de aprender a cair. Se identificarmos que na sociedade japonesa existe o ensino de como se deve cair, o que poderia ser um fato individual em dada sociedade pode ser um fato social em outra, pois passa a satisfazer as três características constitutivas de fato social. O momento em que o ato de cair transforma-se em uma ação social aprendida é o exato momento em que um ato individual transforma-se em um fenômeno social. Durkheim afirma:

Quando as consciências individuais, em vez de ficarem separadas, entram em relação íntima, agindo ativamente umas sobre as outras, origina-se de sua síntese uma vida psíquica de um novo gênero [...] Ele sente-se como que transportado para um mundo diferente daquele onde frui a existência privada. A vida não é apenas intensa; ela é qualitativamente diferente. Arrastado pela coletividade, o indivíduo desinteressa-se de si mesmo, esquece-se de si, dá-se por inteiro aos objetivos comuns (2000, p. 58).

Essa afirmação remete ao exemplo da língua falada em cada país. Não temos a possibilidade de escolher a língua que iremos falar nem, muito menos, existe a possibilidade de que cada indivíduo possa falar uma língua própria, criada individualmente. Contudo, o indivíduo não é obrigado a limitar-se ao uso de apenas uma língua. É possível ao indivíduo morar em qualquer país ou mesmo a aprender outras línguas, assim, com o tempo, ele poderá chegar a sonhar na língua recém-aprendida. De tal modo, a língua seria um exemplo claro de fato social, pois aprendemos línguas que são *exteriores* a nós e são gradativamente introjetadas em nossa mente. Existe então um movimento de assimilação de informações socialmente compartilhadas, ou seja, informações *generalizadas*. E, no momento da fala, o indivíduo é *coagido* a falar a língua definida como correta e é corrigido se tentar falar de forma distinta ao que é convencionado, identificamos o mesmo fato com os sotaques, as formas de se vestir e de se comportar.

Porém, surge um problema de ordem metodológica: como o sociólogo pode estudar os fatos sociais se ele próprio está inserido em uma sociedade e também recebeu uma educação social? Como o sociólogo seria capaz de se distanciar dos seus valores e preconceitos resultantes de sua educação familiar e de sua trajetória social?

Durkheim propõe, metodologicamente, ao sociólogo que ele trate os fatos sociais como *coisas sociais*, ou seja, o pesquisador precisa ser treinado com méto-

dos para que seja capaz de suspender seus próprios valores, preconceitos e pré-noções, na busca por uma pesquisa social construída por um olhar neutro e objetivo. A crença da neutralidade científica seria uma das principais características da herança positivista desse pensador em outra parte significativa de suas obras.

Organismo social, divisão do trabalho e solidariedade



Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Em sua tese de doutoramento, intitulada *Da divisão do trabalho social*, de 1893, Émile Durkheim (2008b) estabeleceu as bases de uma sociologia macrossocial, ou seja, uma teoria social com capacidade de comparar sociedades diferentes, utilizando categorias que sejam comuns a elas, buscando construir categorias capazes de identificar o nível de evolução das sociedades com base no critério de complexidade. Os critérios de divisão do trabalho social e o tamanho da população seriam definidores do tipo de solidariedade e, consequentemente, do seu nível de complexidade.

Durkheim propõe dois níveis diferentes de sociedades, categorizadas entre tipos sociais, definidas como *sociedades simples* e *sociedades complexas*, detentoras de *solidariedades mecânicas* e *orgânicas*, respectivamente. Nas palavras de Durkheim:

Começa-se por classificar as sociedades segundo o grau de composição que estas apresentam, tomando por base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior dessas classes se distinguirão as diferentes variedades, conforme se produza ou não uma coalescência completa dos segmentos sociais (2005a, p. 86).

De modo geral, podemos citar como exemplo característico da sociedade simples ou “primitiva”, pensada por Durkheim, uma “tribo primitiva” isolada do contato com outras sociedades, formada por uma aldeia com um número reduzido de famílias. Sociedades assim teriam em seus membros uma enorme consciência coletiva e, por esse motivo, a solidariedade seria do tipo cooperativo. Como característica resultante, “a solidariedade que deriva de semelhanças atinge seu *maximum* quando a consciência coletiva abrange exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela; mas, nesse momento, nossa individualidade é nula” (DURKHEIM, 2000, p. 82). O pensamento de cada membro desse coletivo seria de uma ordem coletiva, o apelido ou nome social e seu papel nessa tribo seriam definidos em função da sua contribuição para o grupo. Esse conjunto de elementos formaria o que Durkheim tipificou como *solidariedade mecânica*.

Como exemplo das sociedades complexas, têm-se as grandes cidades, constituídas por um imenso contato com outras cidades em seu entorno, com uma quantidade significativa de pessoas vivendo suas rotinas diárias altamente diversas. Para Émile Durkheim, essas sociedades teriam um crescente nível de especialização das atividades produtivas, uma divisão do trabalho social que leva em conta critérios altamente diversificados e especializados. Segundo afirma o autor, “A solidariedade produzida pela divisão social do trabalho é totalmente diferente. [...] Só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade” (DURKHEIM, 2000, p. 83). Esse conjunto de características teria como resultado um ambiente social altamente propício para a emergência de indivíduos, o que teria como resultado uma sociedade caracterizada por um tipo de *solidariedade orgânica*.

Dentro desses dois tipos de solidariedade existentes, os valores morais seriam elementos cuja função principal seria a de manter sólidos os laços sociais de pertencimento. Porém, o que ocorreria se algum indivíduo não respeitasse a determinação de leis, normas e comportamentos? Se esse sujeito não obedecesse e não reproduzisse exatamente o que lhe foi ensinado? Em outras palavras, como Durkheim explicaria comportamentos conflitivos, tais como greves, crimes e guerras?

Para esse pensador que buscou intelectualmente constituir uma nova ciência social, com capacidade para explicar, e, assim, auxiliar a sociedade a se manter em equilíbrio, todos os comportamentos que tivessem a pretensão de desequilibrar ou causar mudanças sociais, que seriam identificados como *anomias*. O conceito de anomia pode ser entendido como um tipo de doença social, algo que deveria ser erradicado e minimizado, pois destoaria da ordem social vigente.

Sociedades que vivem momentos de guerra e conflito social são consideradas por Durkheim como *sociedades anômicas*, ou seja, sociedades que estão vi-

vendo um desequilíbrio no organismo social e colocando em risco sua existência. Caberia à sociologia explicar as causas dessa anomia e, logicamente, apontar soluções. Seguindo essa linha, podemos problematizar o crime e o comportamento criminoso com base na perspectiva teórica de Durkheim.

O crime constituiria um exemplo de comportamento *anômico*, pois nenhuma sociedade manter-se-ia equilibrada e organizada se seus indivíduos fossem educados para agir transgredindo as leis e os costumes vigentes. Cometer um crime constitui uma atitude que confronta as leis, estatuto principal utilizado para definir de forma positiva e pública a diferença entre o certo e o errado nas sociedades. O criminoso, porém, não pode ser responsabilizado pelo seu ato sem que se leve em conta a crítica ao próprio organismo social que apresenta falhas em sua organização e manutenção. Se o comportamento criminoso surge no indivíduo, esse recebeu o estímulo social e apenas reproduziu aquilo que aprendeu. O indivíduo será punido, mas apenas a punição não seria capaz de restabelecer o equilíbrio social, se a própria sociedade continuar a produzir criminosos. Portanto, caberia à própria sociedade e às instituições que a constituem impedir que novos criminosos surjam, já que o comportamento do indivíduo, segundo Durkheim, é um mero produto do social.

30 ⇨

O suicídio – um fato social anômico

Em uma pesquisa social capaz de demonstrar a importância da sociologia na explicação dos fenômenos sociais, Émile Durkheim propõe uma pesquisa sociológica sobre um fenômeno que realmente poderia ser considerado como um dos atos mais individuais existentes, o suicídio, que precisa ser um ato individual, já que ninguém pode suicidar o outro. Se o sujeito for obrigado a se matar, o ato passa a ser considerado homicídio. Assim, como é possível que o suicídio seja um fato social? Como é possível que uma ação individual possa ser entendida ao mesmo tempo como um fato social?

Até a publicação da pesquisa por Durkheim, em 1897, na Europa, o suicídio era considerado uma enfermidade mental, e apenas os médicos tinham a legitimidade de dar explicações para o fenômeno. A obra *O suicídio*, de Durkheim (2005b), foi considerada um dos melhores exemplos de pesquisa dentro do que chamamos, hoje, de “teoria de médio alcance”, segundo identificou Robert Merton (1910-2003), seguidor das ideias de Durkheim. A pesquisa sobre o suicídio partiu da coleta de dados em hospitais, procurando relacionar o número de suicídios praticados por doentes mentais e os praticados por pessoas sem esse diagnóstico. O resultado foi revelador, segundo identificou o pesquisador, dos quatro

principais motivos que levaram o sujeito a praticar esse ato, os três primeiros foram motivos sociais. E, ao contrário do que afirmavam os médicos, “Chegamos então a esta conclusão: o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte” (DURKHEIM, 2005b, p. 108).

Assim, Durkheim define o suicídio como um caso emblemático de fato social. O ato do suicídio não seria um fato social em si, mas, sim, os motivos que levam o indivíduo a praticar tal ato. O resultado da pesquisa, que de forma profunda e complexa conseguiu explicar essa ação, provou o potencial explicativo dessa nova ciência. Segundo Durkheim (2005b), poderíamos definir o suicídio como um fato social contendo três tipos sociais: o *suicídio egoísta*, o *suicídio altruísta* e o *suicídio anômico*.

O suicídio do tipo *egoísta* diz respeito à pessoa que se percebe socialmente desvinculada, uma viúva sem filhos, por exemplo, um idoso sem amigos e parentes ou mesmo uma criança abandonada seriam exemplos de pessoas com maior chance de cometerem suicídio (atente-se que estamos falando em probabilidade, ou seja, um potencial explicativo baseado no que mais ocorre na sociedade pesquisada, jamais uma verdade ou uma certeza fixa). Em grande medida, essa falta de vínculo levaria o sujeito a tirar sua vida por falta de pertencimento social. A falta de integração social, que pode provocar um profundo isolamento, e o ato de tirar a vida seriam formadores de um motivo social “egoísta” para a prática de tal ato.

O tipo de suicídio chamado por Durkheim de *altruísta* ocorre quando encontramos sujeitos fortemente vinculados a um grupo social específico. Nesse contexto, não existiria espaço para a existência de individualidade, ou seja, os valores presentes no sujeito são quase que integralmente os já definidos pelo seu grupo. Esse indivíduo suicida-se facilmente por motivos de honra, fé, promessas e radicalismos. Esse conjunto de características formaria outro tipo de suicídio para Durkheim. Muito comum em seitas religiosas e movimentos políticos radicais, também chamados de “terroristas”, seriam exemplos concretos de potenciais suicidas do tipo *altruísta*.

E, por fim, o tipo de suicídio *anômico* seria o momento em que a pessoa experimenta uma quase inexistência de regras ou mesmo de limites sociais claros do que se pode ou não fazer. Normalmente, esse tipo de suicídio ocorre durante grandes conflitos ou “perturbações de ordem coletiva”, que poderíamos citar como exemplos as guerras, as catástrofes naturais, os períodos de escassez e a fome. Segundo a definição de Durkheim, nesse contexto de anomia social, o indivíduo praticaria o suicídio de tipo anômico.

Uma conclusão relevante sobre a emergência de comportamentos anômicos pode ser identificada com um conjunto de características, ou seja, com o advento

das sociedades industriais, com um nível de organização e divisão do trabalho social de crescente complexidade, a incidência de casos de comportamentos discrepantes e inusitados é cada vez maior. A possibilidade de uma maior emergência de indivíduos e comportamentos individualistas seria um tipo de diagnóstico cada vez mais comum nas sociedades complexas definidas por Durkheim. As rápidas transformações sociais dariam margem para que os interesses se tornassem conflituosos e a própria sociedade não permitiria que todos fossem capazes de acompanhar as mudanças em curso, o que impediria que o desejado equilíbrio social fosse mantido. Essa conjuntura daria origem a uma maior incidência de casos e situações anômicas.

Segundo Durkheim (2005a), o funcionamento da sociedade poderia ser comparado a um organismo vivo. Cada parte da sociedade funciona como um órgão biológico, agindo de forma independente, mas conectada ao todo do organismo social. Assim, em uma sociedade “doente”, ou nas palavras dele, uma sociedade *anômica* e em desequilíbrio, um conjunto de soluções deveria ser aquele que melhor e mais rápido pudesse restabelecer o funcionamento normal da sociedade, reforçando mecanismos capazes de reconstituir os laços de solidariedade enfraquecidos, conduzindo-a ao equilíbrio social. É exatamente nessa questão que as instituições e os grupos sociais têm uma das suas mais importantes funções, ou seja, a construção de uma coesão social. O individualismo seria, para Durkheim, o resultado de uma espécie de “frouxidão” das normas sociais, que deveria ser extirpado.

O complexo teórico que aqui apresentamos, de forma geral, não faz jus ao complexo teórico proposto por Durkheim, pois apontamos apenas uma parte de sua proposta teórica e conceitual, conduzindo o leitor a uma primeira aproximação, encorajando-o a percorrer, posteriormente, seus escritos e a construir novos entendimentos. Durkheim morreu em 15 de novembro de 1917, e seu túmulo pode ser visitado no cemitério de Montparnasse, em Paris. Encerramos o presente capítulo com a afirmação de Rodrigues em relação ao legado desse pensador:

Em síntese, a obra sociológica de Durkheim é um exemplo de obra impercível, aberta não a reformulações, mas a continuidades – e que marca a etapa mais decisiva na consolidação acadêmica da sociologia. Sua maior qualidade talvez seja a prioridade do social na explicação da realidade natural, física e mental que vive o homem. Essas qualidades que se exigem de um clássico estão presentes por toda a sua obra, e da qual se procura dar uma ideia – por mais fragmentária que seja – nos textos diante selecionados (2000, p. 33).

Referências

DURKHEIM, Émile. *A educação moral*. Tradução de Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008a.

_____. *As regras do método sociológico*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005a.

_____. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Educación y sociología*. 2. ed. Barcelona: Península, 2000.

_____. *O suicídio*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005b.

RODRIGUES, José Alberto. Introdução. In: DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Sugestão de leitura complementar

BEZERRA, Maria Helena Viana. *Introdução à sociologia*. Curitiba: IFPR, 2010.

BRITO, T. *Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação*. Porto Alegre, 28 jul. 2004.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

_____. *Ética e sociologia moral*. Traduzido por Paulo Castanheira. São Paulo: Landy, 2003.

_____. *Lições de sociologia*. Traduzido por Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. O individualismo e os intelectuais. In: DURKHEIM, Emile. *A ciência social e a ação*. Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: Difel, 1975. p. 235-250.

_____. *Sociologia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.

_____. *Sociologia e filosofia*. Tradução de Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LEME, André Alessandro. A sociologia de Max Weber e Emile Durkheim: questões preliminares acerca dos métodos. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 18, n. 9-10, p. 737-758, 2008.

QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Sugestão de filmes e documentários

CLÁSSICOS da sociologia Emile Durkheim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8KJ4rlALcQ>>.

ENIGMA de Kaspar Hauser. Direção: Werner Herzog. Alemanha, 1974.

ÔNIBUS 174. Direção: Felipe Lacerda; José Padilha. Brasil, 2002.

O SHOW de Truman. Direção: Peter Weir. Estados Unidos, 1998.

PARADISE now. Direção: Hany Abu-Assad. Palestina, 2005.

Capítulo 2

Max Weber e a sociologia compreensiva



Reprodução de fotografia de Max Weber¹

¹ Disponível em: <<http://sociofoco.blogspot.com.br/2010/04/frases-sociologicas-de-max-weber.html>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

Introdução

O alemão Karl Emil Maximilian Weber, conhecido como Max Weber, é considerado um dos pais fundadores da sociologia, apesar de ser um pensador cujos interesses e preocupações não ficaram estritamente dentro dessa disciplina acadêmica. Economista por formação e com trabalhos importantes nas áreas da história, do direito, da filosofia, entre outros ramos, Weber fez sua carreira acadêmica como professor e era uma proeminente figura política em sua época. Na sociologia, suas principais contribuições estão relacionadas à criação de um método sociológico hermenêutico e ao entendimento do capitalismo moderno e do processo de racionalização da vida na sociedade ocidental (GIDDENS, 2005).

Principais obras em ordem cronológica

A ética protestante e o espírito do capitalismo (1904)

A ciência como vocação (1917)

Economia e sociedade (1920)

Weber e a sociedade

↔ 35

Segundo Giddens (1998), o próprio Max Weber considerava Karl Marx e Friedrich Nietzsche suas maiores influências. Com Marx, Weber compartilhava a preocupação com o estudo do capitalismo. De Nietzsche, Weber é herdeiro da crença de que a sociedade só pode ser entendida por meio das relações de poder e da compreensão dos valores envolvidos nas ações dos indivíduos e grupos sociais (MORAES; MAESTRO FILHO; DIAS, 2003).

Weber é considerado um dos fundadores da sociologia moderna, juntamente com o francês Émile Durkheim (1857-1917).² Ambos criaram sociologias com princípios fundamentalmente diferentes, apesar de serem contemporâneos. Como já vimos no capítulo anterior, enquanto Durkheim dizia que o objeto de estudos da sociologia eram os fatos sociais (exteriores aos indivíduos, coercitivos e generalizados pela sociedade), Weber definiu a ação social (cujo estudo do *sentido* dado pelos indivíduos é fundamental para seu entendimento) como o objeto de estudo sociológico (LEME, 2008).

Quase que inexistem pontos de contato *direto* entre os dois pensadores (GIDDENS, 2005). Eles não estudaram o pensamento um do outro, o que parece absurdo nos dias de hoje, afinal, os dois viveram e foram professores de sociologia

² Karl Marx não está nessa comparação porque sua obra não tem como proposta a criação de um método, um objeto e uma definição de sociologia, ao contrário dos autores citados. Veremos esse pensador mais detidamente no capítulo terceiro.

na Europa no mesmo período. Porém, por viverem em países diferentes (Weber na Alemanha e Durkheim na França), naquela época, não havia meios de comunicação como atualmente, nem traduções de suas obras por estudiosos da sociedade. Ou seja, enquanto Durkheim quase não leva em consideração o indivíduo, Weber centra sua atenção na compreensão dos indivíduos sociais.

Para Weber (2004), a sociedade pode ser compreendida como um conjunto organizado de ações individuais. As normas e regras sociais são todo tipo de ação que o indivíduo faz, orientando-se pela ação de outros. É importante salientar que essas regras não são simplesmente impostas aos indivíduos, tal como define Durkheim. Em Weber, elas vêm do indivíduo e da sua relação com o outro. A sociedade é tida como um conjunto de ações individuais articuladas e relacionais. Na sociedade, cada indivíduo age em função de sua motivação pessoal e da consciência de agir em relação a outros. Essa ação gera efeitos sobre a realidade em que ocorre. E os efeitos da ação escapam ao controle e à previsão do primeiro que deu início à ação.

Tome-se como exemplo a globalização. Giddens (2003), em uma concepção weberiana, entende a globalização como algo de que somos parte ativa do processo. Sem a ação individual, ela não existiria. A cada vez que uma pessoa se conecta na internet e compartilha suas informações, ela está participando diretamente da globalização. A Wikipédia,³ por exemplo, é formada pela contribuição de inúmeras pessoas. Então, assim como a globalização não é um processo alheio ao indivíduo, todas as regras sociais articulam-se mais ou menos do mesmo modo. Elas não caíram do céu, foram feitas por pessoas, e só existem porque as pessoas se identificam subjetivamente com as regras sociais e as reproduzem.

Portanto, em vez de partir da sociedade como um determinante para o comportamento individual, Weber trabalha com a noção de que o indivíduo, entre outros indivíduos, constitui a sociedade. É por isso que Weber será considerado como um pensador liberal (GIDDENS, 2005). Obviamente, não se trata de um indivíduo isolado do mundo, mas de um indivíduo em sua teia de relações sociais. Para o autor, a sociedade não será um fenômeno externo aos indivíduos. Pelo contrário, os indivíduos em suas relações com outros indivíduos são a sociedade. E esse deve ser o objeto de estudo da sociologia: a ação social. O sociólogo deve procurar entender os motivos da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos na sociedade (WEBER, 2004).

³ Constitui-se um projeto de enciclopédia livre, virtual, em que os próprios usuários complementam seu conteúdo. Essa fonte não serve como referência acadêmica, mas estabelece um acervo muito completo para sanar dúvidas gerais.

Sociologia compreensiva/interpretativa

Weber segue uma corrente de pensamento que chamamos de sociologia hermenêutica, sociologia interpretativa ou sociologia compreensiva. Ele vai procurar o *Verstehen* (compreensão, no alemão) da ação social. O fundamental em Weber é entender porque as pessoas agem do modo como agem. E os sentidos da ação social não podem ser demonstrados pelos métodos positivistas da ciência, como vimos na tentativa de Durkheim anteriormente, mas apenas pela interpretação e compreensão. Eles não podem ser hierarquizados entre os melhores e os piores valores que orientam a ação dos indivíduos e das sociedades (GIDDENS, 2005).

Se opusermos, por exemplo, a sociedade humana em relação aos animais e insetos. Uma sociedade humana se diferencia de uma sociedade dos outros seres vivos porque nós damos sentido às nossas ações. O sentido da ação para Weber é que faz do homem um ser singular. Enquanto um animal na natureza procura um alimento conforme suas necessidades físicas e instintivas, um homem não vai se alimentar apenas para satisfazer suas necessidades orgânicas, ele também visa suprir suas necessidades simbólicas, relacionadas ao convívio social (como comer por educação, comer para emagrecer, comer para engordar, etc.). Ao contrário do animal, o homem pode não ingerir determinado alimento ou certa bebida por considerar que são inferiores, já que são consumidos por indivíduos de classes sociais mais baixas. Do mesmo modo, o homem não se veste apenas com a intenção de se proteger do frio ou das intempéries, mas também para mostrar seu pertencimento a um grupo social ou classe social específica. Ele pode até mesmo vestir uma roupa que o faz sentir frio ou calor além do necessário para satisfazer suas necessidades simbólicas, como um chefe de uma empresa que vai de terno e gravata ao escritório, apesar do calor, para demonstrar seu lugar na hierarquia social em relação aos demais trabalhadores. Enquanto o biólogo procura entender o que existe de natural e instintivo no comportamento de um animal, o sociólogo procura identificar aquilo que é social no comportamento humano. Portanto, para entender o sentido da ação social, é preciso entender os valores, as regras e os sentimentos que guiam o comportamento do outro e pensar a partir daí (WEBER, 2004).

Anthony Giddens (2005) identifica em Weber uma concepção de ciência muito diferente da de Durkheim, negando os princípios do positivismo. Os positivistas acreditavam que a ciência servia para a elucidação dos princípios básicos do comportamento humano, e que o pesquisador age de maneira neutra na procura de alguma lei social geral. Para Weber, isso é impossível. Em primeiro lugar, não existem estruturas independentes dos indivíduos. Além disso, o cientista quando vai pesquisar algo também está carregado de suas crenças e valores. E como é impossível livrar-se de tais crenças, o pesquisador precisa conhecer e expor tais valores para não confundi-los com a objetividade científica.

Outra ideia importante de Weber (2006) é que é preciso distinguir a política da ciência. Enquanto a política envolve a ação do indivíduo, seus valores, suas crenças e seus desejos para a vida em sociedade, a ciência é pautada em princípios de uma racionalidade isenta de valores. Claro que Weber reconhece que isso é impossível na prática, mas é um ideal que o pesquisador deve procurar atingir. O sociólogo deve procurar reconhecer e separar tais valores em seus procedimentos científicos. Por fim, a ciência vai ser racional com relação a seus fins – obter a verdade científica – e com relação a valores – buscar a verdade (WEBER, 2006). Sobre o papel do cientista social, Weber elabora uma lista de procedimentos.

- Na sociologia, o cientista deve seguir determinados procedimentos
- Elaboração de leis, teorias e hipóteses que balizam seu estudo.
- Análise dos fatores e o estabelecimento de conexão entre eles.
- Busca na história da origem e conexão entre os fatores em correlação.
- Avaliação das consequências e possíveis desdobramentos sociais.

O trabalho do cientista e os resultados das pesquisas não surgem da natureza, mas são frutos de um trabalho consciente do indivíduo que se coloca como pesquisador social. O cientista agrupa determinados fenômenos que parecem aleatórios e busca dar sentido a eles. Assim, o sociólogo fica em condição de entender as particularidades de um fenômeno e entender seus significados, e não “generalizar” com a criação de uma regra social geral, que pode ser verdade em alguns casos, mas pode ser falsa em outros (QUINTANEIRO et al., 2003).

Tipo ideal

E como é possível fazer sociologia a partir da ação social? Afinal, a ação social é tão subjetiva, e é preciso entender o sentido dado à ação social por cada indivíduo. É por essa razão que Weber criou o conceito de tipo ideal, para tornar sua análise objetiva. O tipo ideal é uma aproximação, nunca perfeita, da realidade social (WEBER, 2010a).

Weber considera que a realidade é muito complexa para o sociólogo prever exatamente o comportamento das pessoas. Em sua concepção, não existem leis eternas e imutáveis que expliquem o comportamento humano (veja como difere da concepção de Durkheim). Afinal, as pessoas são livres para fazer suas escolhas, e a sociedade está em constante mudança (QUINTANEIRO et al., 2003).

Ele reconhece que os sociólogos descrevem o fenômeno teoricamente e que a realidade vai diferir do conceito. Isso é normal, pois um conceito típico-ideal, ou seja, a teoria, nunca será como a realidade, mas nos permite compreendê-la mais profundamente. Não é possível conceber a ciência como reflexo da realidade, se-

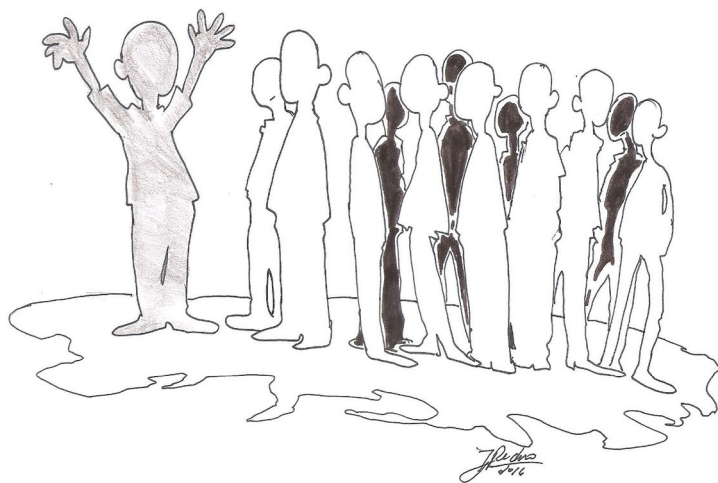
não a ciência social seria uma mera descrição dos fatos encontrados na sociedade. A construção de um tipo ideal se dá pela seleção, por meio do uso da razão, dos elementos-chave constituintes da ação social. Isso é que permite organizar os dados e interpretar a ação social (WEBER, 2010a).

O tipo ideal é uma construção teórica realizada pelo sociólogo para entender e organizar intelectualmente a realidade social, que normalmente parece caótica para um observador incauto. Essa construção é, eminentemente, teórica (QUINTANEIRO et al., 2003), mas, quanto mais o tipo ideal se aproxima da realidade, mais eficiente será a análise social.

A sociologia faz uso de tipos ideais o tempo todo. Assim, sugerimos pensar na seguinte situação: você é destro, mas usa sua mão esquerda para pegar algo de vez em quando. Isso não faz você uma pessoa canhota, continuará sendo destra. Na sociedade é a mesma coisa. Quando falamos que há machismo no Brasil, estamos utilizando um conceito típico-ideal. Ele é um fenômeno que ocorre, mas não significa que uma mulher irá sofrer com o machismo em todas as ocasiões de sua vida. O fato de uma mulher não sofrer com o machismo o tempo todo não faz a sociedade menos machista. Existem circunstâncias em que a mulher não irá sofrer com o machismo, chegando até, em alguns contextos, a ser mais valorizada do que o homem. Contudo, isso não significa que a constatação sociológica de que vivemos em uma sociedade machista esteja errada. A generalização sociológica é diferente daquela que normalmente o senso comum realiza, pois não afirma que todos sempre agem de certas maneiras (o que seriam, nesse caso, as determinações biológicas). Ela busca identificar recorrências, probabilidades e padrões societários.

↔ 39

Ação social



A ação social, para Weber, é toda conduta humana que possui um significado subjetivo que orienta a ação para o agente. Ela ocorre quando o indivíduo age movido por um sentido, levando em consideração os demais indivíduos. Porém, nem toda ação é social (WEBER, 2010a).

Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Por exemplo: um choque entre dois ciclistas não é uma ação social, é um simples acontecimento. Quando isso ocorre, não há necessariamente uma ação levando em consideração o outro, portanto não é uma ação social. No entanto, a tentativa de desviar um do outro, uma possível briga ou a ajuda mútua após o choque são ações sociais. Essas ações, mesmo ocorrendo entre apenas duas pessoas, são consideradas sociais, pois ambos consideraram a ação do outro. Imaginemos que duas pessoas abrem o guarda-chuva ao mesmo tempo na rua em função da chuva. Nesse caso, não ocorre uma ação social. Os indivíduos podem ter tido uma ação muito parecida, porém não agiram levando em consideração o outro. Na concepção de Weber, eles abriram os guarda-chuvas por conta da chuva, um fenômeno da natureza e não em função de um fenômeno social. A ação homogênea de muitos não é considerada ação social para Weber (2004), mesmo que várias pessoas abram seus guarda-chuvas ao mesmo tempo. Assim, o comportamento das massas, situação em que as pessoas se influenciam mutuamente, também não é uma ação social, pois toda ação precisa ter um *significado* para ser social. O estudo da sociologia, para Weber, portanto, trata de compreender o sentido da ação social pelo sujeito, analisando a relação do indivíduo com os outros indivíduos.

40 ⇨ Tipos de ação social

Weber constrói três tipos ideais de ação social para melhor compreendermos como as pessoas agem na sociedade: a ação tradicional, a ação afetiva e a ação racional. É importante salientar que esses tipos de ação social são tipos ideais, ou seja, raramente uma ação social vai poder ser classificada estritamente em apenas um tipo. Eles servem como uma tipologia para entendermos melhor como funciona a ação dos indivíduos em sociedade (WEBER, 2010a).

Ação tradicional: é aquela determinada por um costume ou um hábito arraigado. A ação cotidiana pode ser dotada de sentido ou não, sendo muitas vezes dada apenas pela repetição. Porém, em muitos casos, pode ser consciente em diversos níveis, por isso Weber a inclui como uma ação social. Exemplos: obedecer aos mais velhos, tomar chimarrão, etc.

Ação afetiva: é aquela ação determinada por afeto ou estado sentimental. Nem sempre é uma ação social dotada de sentido, mas ocorre do sentido de a ação estar contida no próprio ato. Exemplo: age afetivamente quem satisfaz suas necessidades de vingança, ódio, amor, etc.

Ação racional: para Weber, a ação social “nunca é irracional por ela mesma, mas somente quando considerada a partir de um determinado ponto de vista” (2010b, p. 187). Ou seja, como já dito anteriormente, o que diferencia os homens dos animais é que nós damos sentido às nossas ações. Os indivíduos nunca agem de maneira irracional, pelo menos não para eles mesmos. Eu posso considerar

a ação do indivíduo irracional, mas ele pode considerar essa ação racional. Para entender melhor a racionalidade da ação social, Weber dividiu-a em dois tipos:

- **ação racional com relação a fins:** determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários. Exemplo: a ação econômica – no mercado, o responsável por uma empresa toma decisões racionais com relação a fins.
- **ação racional com relação a valores:** determinada pela crença consciente em um valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade. Exemplo: uma testemunha de Jeová prefere não receber sangue em uma situação de emergência, pois vai contra o que estabelece sua religião.

Relação social

Uma relação social é um comportamento de várias pessoas que se apresenta como reciprocamente orientado, e consiste na probabilidade de se agir de determinado modo. Não há, necessariamente, solidariedade na relação social, como em uma relação de conflito, apesar da exigência de ocorrer o mínimo de reciprocidade entre os lados envolvidos. Porém, nem sempre ambos os lados vão colocar o mesmo conteúdo do significado ou irão agir do mesmo modo. O importante é que haja uma reciprocidade. Além disso, as relações sociais podem ter caráter transitório (WEBER, 2010a).

Para exemplificar, é impossível medir o quão reciprocamente duas pessoas se amam. Contudo, há uma relação social, pois há a probabilidade de que haja uma reciprocidade em algum nível no amor, ainda que um possa amar mais do que o outro.

↔ 41

Análise weberiana da sociedade

A análise social de Weber vai ocupar, como já dissemos, uma gama muito grande de estudos, em diversas áreas. Mais especificamente na sociologia, alguns temas tratados por Weber são considerados mais relevantes. A grande contribuição de Weber (GIDDENS, 1998) será na análise do processo de racionalização da vida cotidiana na sociedade ocidental, incluindo nesse tópico seus estudos sobre o surgimento do capitalismo e sobre a burocracia e as organizações modernas.

Racionalização

A racionalização é um processo constatado por Weber, segundo o qual nossa sociedade molda-se cada vez mais pela ação racional com relação a fins. Ou seja, cada vez mais temos uma sociedade em que a ação dos indivíduos é moldada por objetivos racionalmente estabelecidos e que, progressivamente, procura estabelecer os meios mais racionais para atingir esses fins. A racionalização é, portanto, um processo que orienta a ação social. É possível racionalizar cada vez mais as coisas, mas é impossível uma racionalização total de nossa vida, pois ela sempre será permeada de valores e sentimentos (GIDDENS, 2005).

Weber percebeu que a racionalização não ocorria apenas na esfera das relações produtivas, capitalistas e do trabalho em nossa sociedade. Na esfera social, vivemos um controle muito maior sobre a vida cotidiana das pessoas, desenvolvido por mecanismos de racionalização, tornando-a mais calculável e previsível (GIDDENS, 2005).

Desencantamento do mundo

Desde o Renascimento, as crenças das pessoas foram gradualmente alteradas pela racionalização da vida cotidiana. Ocorreu um processo que Weber chamou de desencantamento do mundo. As descobertas e os avanços nas ciências permitiram que aquilo que era desconhecido das pessoas tivesse uma explicação racional, que substituía gradativamente a explicação religiosa ou mística. As doenças, por exemplo, eram consideradas fruto do pecado, da ira dos deuses ou da natureza e passaram a ser explicadas racionalmente pela ciência em uma relação de causa e efeito.

Estratificação social

A própria formação social, na concepção weberiana, é estruturada em grande medida pelo impacto da burocracia e pela racionalização da vida social. Em vez de uma sociedade dividida simplesmente em classes sociais, como proposto por Karl Marx, como veremos no próximo capítulo, Weber (1982) via a existência de uma série de outros ordenamentos fundamentais para se entender a posição de alguém em uma sociedade. Weber não negava a existência de classes sociais, mas, para ele, o *status* social de alguém poderia ser mais importante do que a classe. E, mesmo dentro das classes sociais, ocorriam importantes diferenças de *status*. Além disso, como as pessoas participam na vida em sociedade em diferentes grupos sociais, elas podem ter *status* diferentes em cada uma das esferas da vida cotidiana. Afinal, alguém pode ter poder na política e não ter poder na ciência ou mesmo na economia.

Por exemplo: um administrador de uma empresa e uma faxineira ocupam a mesma classe social na visão de Marx. Para Weber, no entanto, existem dife-

renças fundamentais de *status* entre as duas posições. Grande parte dessas diferenças ocorre em função de uma sociedade altamente racionalizada. O salário que ambos recebem é muito diferente. Para Weber, isso ocorre em função da racionalização, ou seja, aqueles que possuem maior escolaridade e ocupam cargos técnicos com maiores responsabilidades do que outros recebem salários maiores. Além disso, essa diferença hierárquica resume-se à esfera de atividade. Fora do trabalho, o administrador e a faxineira podem ter o mesmo *status* ou então inverter a hierarquia social quando se trata de poder dentro de outra instituição, como dentro de uma igreja.

As organizações modernas e a burocracia

Weber também identificou uma racionalização nas organizações modernas. Se, antigamente, tínhamos partos em casa, dentro da comunidade, com uma parteira ou um médico conhecido, hoje, a maior parte dos partos ocorre dentro do hospital, uma organização burocrática, organizada de maneira fria e impessoal. O próprio procedimento é realizado por um profissional especializado que, muitas vezes, não tem nenhuma forma de envolvimento emocional com os pacientes (GIDDENS, 2005).

Conforme Giddens (2005), com as organizações modernas, a racionalização da vida cotidiana ocorreu de forma ampla e profunda. Elas cresceram de importância, principalmente, nas últimas décadas, e hoje estamos envoltos em organizações cada vez que usamos o telefone ou ligamos a TV, elas estão interligadas e funcionam de maneira interdependente. Nós nascemos nelas, elas nos conduzem durante a vida e, até quando morremos, elas estão lá (e irão continuar após a nossa morte). Toda criança que nasce tem de ser registrada, e toda pessoa que morre também.

Para Weber (2004), as organizações modernas surgem para coordenar a vida das pessoas já que os mecanismos tradicionais de controle social perdem importância e as pessoas começam a se aglutinar em grupos cada vez maiores, em um mesmo lugar, as cidades. Para manter uma sociedade sob essas condições, é preciso muita organização. Internalizando tal pressuposto, as organizações modernas vão trazer estabilidade social, ao mesmo tempo que vão moldar a sociedade conforme suas necessidades.

Tipos puros de dominação legítima

A dominação não tem necessariamente um sentido negativo em Weber. Ela significa a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato. A dominação social permite o controle e uma melhor organização para a manu-

tenção da ordem em uma sociedade. A submissão pode ter várias fontes, e Weber (1986, 1971) classificou os tipos puros de dominação social em *tradicional*, *carismática* e *racional-legal*. Esses são tipos puros, porque são conceitos típico-ideais e, na realidade social, encontram-se mesclados em maior ou menor escala.

Dominação tradicional

A dominação tradicional é baseada na crença. O feudalismo era um sistema em que predominava a dominação tradicional. Ela é fixada pela tradição, podendo ter regras ou ser tirânica. Ela tem cunho muito pessoal, geralmente seguindo uma ética, mas não regras precisas. A fidelidade é o princípio que a organiza, e não a competência. Ou seja, a hierarquia social não é definida pelo mérito, ou qualquer outro valor, mas apenas pela tradição.

Nas instituições sociais reguladas pela dominação tradicional, não existem cargos fixos, carreira, etc. Podemos pensar em dois tipos de estrutura tradicional. Uma em que há uma estrutura patrimonial cujos cargos ficam a desmando do senhor (entenda-se também o caso do rei, do monarca, etc.), que impõe, de maneira mais ou menos arbitrária, quem vai ocupar cada lugar na estrutura. No caso de uma estrutura estamental, os servidores não são exclusivamente do senhor, mas independentes; estão investidos por privilégio ou concessão de um senhor, sendo a articulação hierárquica afetada pelo privilégio (WEBER, 1971).

O exemplo mais claro é a dominação patriarcal, que constatamos ainda hoje em nossa sociedade, em instituições como a família, na qual os homens têm mais poder do que as mulheres, os mais velhos costumam ter mais prestígio do que os mais jovens, isso apenas em função da tradição (sempre foi assim, etc.).

Dominação carismática

A dominação carismática está ligada principalmente ao heroísmo, à oratória, à capacidade intelectual, etc. Há um líder que tem carisma, ou seja, é um poder baseado na confiança, mas, diferente da dominação tradicional, está assentado no “fazer-se acreditar”. Ela é extracotidiana e pode se acomodar na tradição ou na burocracia. O líder carismático, geralmente, enfrenta problemas de sucessão, contudo, encontramos também casos de carisma hereditário, passado no “sangue”, como no caso do carisma passado de pai para filho.

Nas instituições em que há dominação carismática, o quadro administrativo é organizado pela fé pessoal, tem caráter mais doméstico. Isso significa que os cargos são distribuídos de acordo com a preferência do líder carismático, não necessariamente por competência, ainda que possa se combinar com a burocracia (WEBER, 1971).

Como exemplo, podemos pensar nas instituições políticas modernas, em que grande parte dos eleitos para a representação são escolhidos pelo carisma, e não pela competência técnica ou pela tradição.

Dominação racional-legal

Por fim, de acordo com Weber, há um último tipo de dominação, que é a dominação racional-legal. Ao contrário dos outros tipos de dominação, essa não é assentada na tradição ou no carisma, mas na racionalidade. É aquela estabelecida por regras e, ao contrário das outras, não pertence à pessoa em si. Weber considera o tipo mais puro de dominação, porque é impessoal, racional. A principal fonte de dominação é o conhecimento técnico, o saber. É ela que permite que, em vez de crenças e costumes, tenhamos um objetivo e meios racionalmente estabelecidos e delineados para se atingir tais objetivos. Nele, obedece-se à norma.

E a burocracia é um elemento central da dominação racional-legal e do processo de racionalização da sociedade. Weber (1971) identificou que as organizações modernas tendem à burocracia. *Bureau*, do francês, significa escritório, mas também escrevinhinha, e deriva do grego dominar. Portanto, podemos entender a burocracia como o domínio dos funcionários. As organizações dependem muito da burocracia, do controle das informações, por isso vivemos uma vida cheia de regras prescritas, relatórios, etc. (GIDDENS, 2005).

Weber (1971) afirma que o tipo monocrático de administração burocrática é o que atinge o mais alto grau de eficiência no exercício da dominação dos seres humanos, em função da sua capacidade para lidar com um número muito grande de fatos ao mesmo tempo. Os atos administrativos são sempre registrados em documentos. A combinação de documentos vai ser uma das bases das organizações burocráticas, é o que permite calcular os resultados.

A dominação racional-legal está presente em quase todas as organizações modernas. Nelas, obedece-se a regras estabelecidas racionalmente, e não a pessoas. Em uma organização moderna, o que determina o comportamento são as normas técnicas ou as regras, em ambos os casos, racionalmente estabelecidas para atingir os objetivos da organização. A pessoa tem de ter condições técnicas para assumir um cargo e realizar as tarefas. A pessoa com autoridade tem um cargo que lhe dá *status*, e ela está subordinada a uma estrutura impessoal, que orienta sua ação. O dever da obediência é racionalmente estabelecido, valendo para os funcionários de nível baixo até os cargos mais hierarquicamente superiores em uma organização (WEBER, 1971).

Os funcionários em uma organização moderna são livres fora do trabalho, sujeitos à autoridade apenas nas suas funções legais.

Eles são organizados em quadros hierárquicos, claramente definidos, em que cada cargo tem uma competência determinada e é obtido pelas leis do livre contrato. A seleção se dá pela capacitação técnica, testada por exames, os candidatos são nomeados, e não eleitos, remunerados com salários fixos, determinados pelo nível hierárquico. O cargo é a principal ocupação do funcionário e o sistema de promoção deve ser baseado no merecimento, avaliado por superiores. O funcionário está separado dos meios de produção e não pode se apropriar do cargo. A propriedade da organização tem que ser separada da propriedade pessoal. Existe um lugar específico para trabalhar e outro para morar. Para Weber (1971), essa separação, que obedece a uma racionalidade, é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, sistema em que há uma separação entre trabalhadores e meios de produção.

A jaula de ferro da burocracia

É claro que existem os dois lados da moeda, ou seja, coisas positivas e negativas na burocracia da sociedade ocidental moderna. Se, por um lado, temos mais segurança, precisão e eficiência na administração de massas, por outro, temos menos liberdade, uma burocracia que pode ser funesta para resolver problemas específicos e particulares, além de uma vida regrada e controlada burocrática e impessoalmente por especialistas. Ademais, as organizações são espaços de hierarquia e concentração de poder. Há uma tendência à plutocracia, à manutenção dos ricos nas esferas de poder. Weber (1971) também acreditava que uma intensiva burocratização da sociedade poderia levar os homens a viver em uma “jaula de ferro”, presos em uma racionalidade extrema.

Conforme Weber (1971), é quase impossível escapar da burocracia. Isso só é possível criando modelos alternativos, que sempre estarão sujeitos à burocratização. É justamente em função da burocracia que Weber defendia o sistema capitalista e ia contra sistemas sociais socialistas. Segundo ele, o capitalismo é fundamental para a burocracia, pois é nele que há uma separação entre a propriedade privada e os trabalhadores. Ele acreditava que o socialismo exigiria uma burocratização ainda mais intensa da vida das pessoas. Análise corroborada pela experiência histórica posterior quando houve a construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A ética protestante e o espírito do capitalismo

Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (um dos dez livros mais lidos do século XX, publicado em 1904), Max Weber trabalha a temática do capitalismo, abordando como foi sua origem e desenvolvimento. Segundo Weber (2010b), o capitalismo só se desenvolveu na Inglaterra e na Alemanha pelo fato de serem países protestantes e não católicos. Foi a ética do trabalho protestante que espalhou pela Europa o fator predominante que permitiu o desenvolvimento de um espírito do capitalismo.

Seu livro vai ser considerado como uma crítica ao materialismo dialético e à teoria de Karl Marx.⁴ Porém, o próprio Weber admite, em sua obra, que seu intuito não é substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral da cultura e da história. Ou seja, não foram as bases materiais que proporcionaram o surgimento do capitalismo, como pensava Marx. Para Weber (2010b), as ideias também são determinantes para o modo de formação das bases materiais de uma sociedade.

Outra ideia fundamental para entender a perspectiva de Weber tem a ver com a ligação entre a racionalização da sociedade e o capitalismo. Para o autor, o capitalismo não é apenas produto da racionalidade, mas também é o maior produto da racionalidade ocidental.

↔ 47

Espírito do capitalismo

O “espírito do capitalismo”, na perspectiva de Weber, é uma forma de racionalização das atividades econômicas para se atingir o lucro. Na sociedade capitalista, o lucro precisa ser mantido, renovado, e o mais importante: isso precisa ser realizado individual e coletivamente. Uma única empresa individual, monopolista, não manteria o capitalismo. O capitalismo não exige que haja a concorrência, mas que as ideias capitalistas permeiem a sociedade.

Segundo Weber (2010b), o homem não deseja “naturalmente” ganhar mais e mais dinheiro, mas viver simplesmente como foi acostumado a viver e ganhar o necessário para isso. A mudança de mentalidade para uma ética do trabalho capitalista de acumulação e reinvestimento de riquezas só foi possível graças a um processo educativo.

A ganância nada tem a ver com o capitalismo, sempre existiu, sob outras formas. Esse não é o “espírito do capitalismo”. É a racionalidade econômica que vai se constituir na base do sistema capitalista. Conforme Weber, podemos entender o espírito do capitalismo a partir de determinados discursos:

⁴ Ver Capítulo 3.

Lembre-se que o tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear ou fica ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis pence em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora mais cinco shillings.

As menores ações que possam afetar o crédito de um homem devem ser levadas em conta. O som do teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te o tornará favorável por mais seis meses; mas se te vir à mesa de bilhar, ou ouvir tua voz na taverna quando deverias estar no trabalho, cobrará o dinheiro dele no dia seguinte, de uma vez, antes do tempo.

Não te permitas pensar que tens de fato tudo o que possuis, e viver de acordo. Esse é um erro em que caem muitos que têm crédito. Para evitar isso, mantenha por algum tempo uma contabilidade exata de tuas despesas e tuas receitas. Se, de início te deres ao trabalho de mencionar os detalhes, isso terá este bom efeito: descobrirás que mesmo pequenas e insignificantes despesas se acumulam em grandes somas, e discernirás o que poderia ter sido e o que poderá ser, no futuro, poupado sem causar grandes inconvenientes (2010b, p. 42-43).



Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Essas palavras, proferidas por um dos líderes da revolução norte-americana, Benjamin Franklin, revelam, para Weber, a ética do capitalismo. Passam a ideia de que aumentar o próprio capital é um dever. Ou seja, ganhar dinheiro é uma “conduta de vida” no capitalismo.

Quando pensamos em um bom homem de negócios, qual imagem nos vem à mente? Algum ricoço que esbanja dinheiro? Para Weber (2010b), o tipo ideal do capitalista é justamente o do homem que não ostenta, que trabalha apenas pela acumulação para reinvestir em seu negócio e não gastar o dinheiro. O capitalismo é um sistema que precisa se expandir infinitamente, precisa sempre de um lucro renovado, maior do que o anterior. E, justamente, daí exige uma ética de ganhar dinheiro por si mesmo, uma ética que não seja de ganhar dinheiro para gastar, mas para reinvestir.

A ética protestante

Weber (2010b) vai relacionar essa mudança de mentalidade com o surgimento do protestantismo, um dos principais ramos do cristianismo. Esse movimento iniciou-se na Europa como uma reação contra o catolicismo. No século XVI, seguidores de Martinho Lutero fundaram igrejas na Alemanha e Escandinávia. João Calvino, por sua vez, fundou igrejas na Suíça e na França. Thomas Cranmer fez a reforma na Igreja da Inglaterra, entre outros reformadores.

Essa reforma não causou uma simples eliminação do controle da Igreja sobre a vida quotidiana das pessoas, provocou sua substituição por outro controle, muito mais rígido. Implicou que essa ética protestante da acumulação de riquezas, que ia além das meras relações econômicas, foi perpassada para as mais diversas esferas da vida social. A ideia protestante de vocação (em especial o puritanismo inglês, que deriva do calvinismo) foi fundamental para a consolidação do espírito do capitalismo. Esse ascetismo religioso, hoje, não é mais socialmente necessário para o capitalismo, cuja ética está implícita nas relações econômicas (WEBER, 2010b).

Vocação

No protestantismo, o trabalho é tido como vocação, uma tarefa confiada por Deus, cujo indivíduo deve zelar e restringir suas atividades a ela. Anteriormente, no catolicismo de até então, as riquezas e suas tentações eram consideradas como algo de grande perigo, e os seus portadores, vistos socialmente como moralmente suspeitos. Já para os protestantes, a riqueza não é um empecilho para o caminho do Reino de Deus. Pelo contrário, essa religião vê na riqueza uma recompensa dos céus pelo trabalho vocacionado. Ser pobre significava que a pessoa não estava trabalhando em sua vocação, então era algo reprovável aos olhos de Deus. O único perigo da riqueza, então, é com relação ao gozo, ao ócio e às tentações morais que desviem o sujeito do caminho da vocação (WEBER, 2010b).

Os protestantes também tinham aversão à arte, às personalizações das vestimentas, à conversa fiada. A forte tendência para a uniformidade da vida, que hoje ajuda imensamente o interesse capitalista na padronização da produção, teve seu fundamento ideal no repúdio de toda idolatria à carne. Não era uma guerra contra a riqueza racional, mas contra o uso irracional da riqueza (WEBER, 2010b).

Capitalismo em Weber

Para Weber (2010b), o protestantismo combinou uma limitação do consumo com uma prática produtiva em busca de riquezas, o que causou uma acumulação de capital. Isso permitiu o investimento produtivo e o surgimento do capitalismo. Assim surge uma ética burguesa, que permite a acumulação de riquezas com a consciência limpa de estar trabalhando na vocação e no caminho de Deus. A distribuição desigual de riquezas e o capitalismo passam a ser vistos como uma disposição divina, e não como produto da exploração do trabalho do homem. Os próprios trabalhadores protestantes eram extremamente regrados e ativos no trabalho vocacionado e se resignavam com a sua posição de pobreza na terra à espera da recompensa no Reino dos Céus.

O protestante trabalhou no âmbito da vocação, e todos fomos forçados a segui-lo com o desenvolvimento do sistema capitalista. Hoje, a ordem social está mais ligada às condições técnicas e econômicas da produção pelas máquinas do que à religião. Porém, segundo Weber (2010b), o espírito do capitalismo só se desenvolveu graças a uma ética puritana do trabalho vocacionado.

Como afirma Weber (2010b), o que torna o capitalismo um sistema tão racional é que a ação econômica capitalista é justamente aquela que repousa na expectativa de lucros pela utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. A ação é adaptada à utilização sistemática dos recursos ou dos serviços pessoais como meio de aquisição, de modo que, ao término de um período de negócios, o balanço da empresa, em termos de dinheiro (ou, no caso de empresa permanente, o valor monetário estimado de seus bens), exceda o capital, isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca.

Sob essa perspectiva, empresas capitalistas sempre existiram em diversos momentos históricos, mesmo que mais “primitivas”. No Ocidente, não foi apenas em termos quantitativos que o capitalismo se desenvolveu, espalhando-se no mundo todo. Ele se desenvolveu qualitativamente, baseado na organização racional do livre trabalho.

Dois pontos fundamentais do capitalismo são: a separação da propriedade do trabalho da propriedade pessoal e a contabilidade racional. A separação do que é do trabalho e do que é da vida pessoal é a base do capitalismo, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Weber (2010b) concorda com Marx, ao afirmar que isso é que permite o funcionamento do capitalismo. Além disso, existe outro fator fundamental: os balanços. No capitalismo, tudo é feito em termos de balanços. Há um balanço inicial no começo da empresa, outro antes de qualquer decisão individual, como cálculo de sua provável lucratividade, e um

balanço final para apurar o lucro obtido. Desse modo, a ação capitalista é racional, pois é voltada para um mercado regular e não explorativo.

Weber, Marx e o capitalismo

O capitalismo foi tema central da obra de dois grandes sociólogos, Karl Marx⁵ e Max Weber, embora tenham chegado a conclusões muito diferentes sobre o funcionamento de tal sistema. Conforme o sociólogo britânico Richard Sennett (2006), isso vai ocorrer porque ambos vão viver em momentos diversos do capitalismo e em locais diferentes. Marx viveu entre 1818 e 1883, e, mesmo sendo alemão, experienciou o capitalismo principalmente na Inglaterra, onde viveu grande parte de sua vida, no período da transição da primeira para a segunda Revolução Industrial. Já Weber viveu entre 1864 e 1920, na Alemanha, com a segunda Revolução Industrial já consolidada. Nesse período e local, o capitalismo se desenvolve de maneira distinta, com suas particularidades. Essa experiência faz com que Weber tenha uma visão muito diferente do sistema.

Marx viveu uma era de grande instabilidade do capitalismo em sua formação. Os mercados eram turbulentos, as fábricas desenvolviam-se e entravam em colapso, os trabalhadores migravam para as cidades em busca de emprego, causando um crescimento caótico nos centros urbanos. Hoje, a economia capitalista mantém muito desses traços de instabilidade, mas muitos aspectos conseguiram adquirir um *status* de segurança. Na época de Marx, não havia legislação trabalhista, férias, previdência social ou sequer preocupação com a segurança no trabalho e a saúde dos trabalhadores. Mesmo a administração das empresas era primitiva, limitando-se a contabilizar perdas e lucros, não havendo planejamento de longo prazo. Foi observando esse contexto que Marx diagnosticou que o capitalismo era um sistema autodestrutivo, que estava à beira do caos (SENNETT, 2006).

No entanto, hoje, temos uma realidade bem diferente em tais condições. O capitalismo sofreu muitas modificações desde Marx, e Weber teve a oportunidade de observar essas transformações. Weber percebeu a ascendência da racionalização da sociedade acoplada ao desenvolvimento capitalista. Conforme Sennett (2006), de 1860 a 1970, as corporações aprenderam a “arte da estabilidade”. As empresas passaram a ter sistemas contábeis e administrativos (o taylorismo-fordismo é uma das maiores expressões desse movimento), para controlar a produção capitalista e gerar certa estabilidade ao sistema.

Isso ocorreu em função da aplicação dos modelos militares de organização ao capitalismo. A militarização da sociedade civil foi um fenômeno que ocorreu no

⁵ Essa comparação ficará mais clara com a leitura do Capítulo 3.

final do século XIX, acompanhado de perto por Weber. O exército alemão (onde Weber vivia na Alemanha) foi o primeiro a aplicar extensivamente um modelo de organização racional ao trabalho. Os militares prussianos (parte da Alemanha era chamada de Prússia na época) estabeleceram um sistema burocrático de organização, em que cada um tinha um lugar e uma função definida racionalmente. Na Alemanha de Otto Von Bismarck, esse modelo passou a ser aplicado a empresas e outras instituições da sociedade civil. Surge, então, o modelo do capitalismo social, no qual os trabalhadores passam a ter um lugar definido na sociedade, por mais pobres que fossem. Houve a profissionalização e o treinamento desses trabalhadores que ganharam inúmeros direitos. Isso permitiu também maior planejamento estratégico dos Estados. Com a organização da produção, foi possível planejar toda a infraestrutura para o desenvolvimento do sistema capitalista escoar sua produção (SENNETT, 2006).

Esse modelo forneceu estabilidade ao sistema capitalista, passando a ser aplicado em diversas partes do mundo. Isso vai moldar a percepção de Weber, que identifica no capitalismo muito mais elementos de estabilidade e racionalidade do que Marx. Segundo Weber, o capitalismo desenvolveu-se baseado na organização racional do livre trabalho, voltada para um mercado regular e não explorativo. Ainda hoje se usa Weber para analisar o capitalismo. Sabemos que a ação humana, o que as pessoas pensam, tem forte influência nos rumos da sociedade (SENNETT, 2006).

Referências

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LEME, André Alessandro. A sociologia de Max Weber e Emile Durkheim: questões preliminares acerca dos métodos. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 18, n. 9-10, p. 725-744, set./out. 2008.

MORAES, Lúcio Flávio Renault de; MAESTRO FILHO, Antonio Del; DIAS, Devanir Vieira. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 57-71, jun. 2003.

QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2010b.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

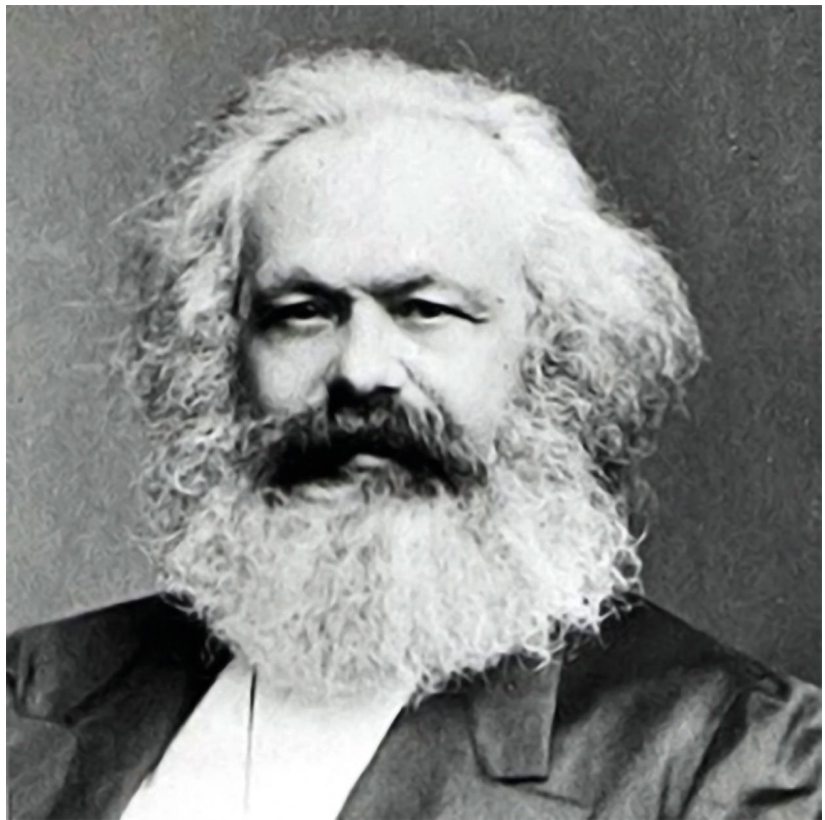
- _____. *Classe, estamento e partido*. In: GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright (Org.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 211-228.
- _____. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2010a.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2004.
- _____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPUS, Edmundo (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.) *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1986. p. 128-141.

Sugestão de filmes e documentários

1984. Direção: Michael Radford. Inglaterra, 1984.
- A CORRENTE do bem. Direção: Mimi Leder. Estados Unidos, 2000.
- A VILA. Direção: M. Nighth Shyamalan. Estados Unidos, 2004.

Capítulo 3

Karl Marx e a origem da sociologia crítica



Reprodução de fotografia de Karl Marx¹

¹ Disponível em: <<http://www.demokrathaber.net/siyaset/marxa-donusler-hakkin-da-birkac-tespit-h2721.html>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

Introdução

Karl Heinrich Marx (1818-1883) é um dos autores mais significativos da era moderna. Adorado por muitos, odiado por tantos outros, é fato que nas ciências humanas é impossível passar ao largo de suas obras e conceitos. O filósofo alemão teve uma trajetória intelectual e política que deixou um legado impressionante, influenciando correntes teóricas em todas as áreas e movimentos políticos que marcaram a história.

Nascido em 5 de maio de 1818, em Trier, na Prússia (região hoje pertencente à Alemanha), desde cedo, Marx foi um leitor voraz e um estudioso aplicado, nos moldes que eram demandados nos círculos intelectuais de sua época. Poucas informações se têm sobre sua infância, mas, provavelmente, não frequentou a escola primária, e sua educação básica foi desenvolvida no âmbito familiar e doméstico. Aos 17 anos de idade, mudou-se para a cidade de Bonn, onde iniciou o curso de Direito, dedicando-se também, paralelamente, ao estudo de filosofia e história. Um ano mais tarde, transferiu-se para a Universidade de Berlim, aproximando-se dos grupos de discussão filosófica que aconteciam nas tabernas da cidade, como o Clube dos Doutores. Ali, fez parte de um círculo intelectual conhecido pelo nome de Jovens Hegelianos, que entrava em conflitos de ideias, especialmente com os velhos adeptos do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).² Concluiu seus estudos na Universidade de Iena, em 1841, apresentando a tese *Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro*, que lhe rendeu o título de doutor em Filosofia (FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2007).

↔ 55

Os planos de casamento com sua namorada, Jenny von Westphalen, implicavam em garantir rapidamente meios de vida que pudessem sustentar o casal e garantir o aval da família da moça para a união. Foi então que Marx suspendeu os planos de uma carreira acadêmica para dedicar-se ao jornalismo, atividade que manteve até o final de sua vida. Escrevia artigos sobre a situação social, política e econômica, inicialmente para a *Gazeta Renana*, jornal no qual, em poucos anos, foi alçado à posição de editor (FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2007).

Simultaneamente, cresce seu envolvimento com os movimentos políticos da época, nos quais exerceu um papel intelectual e prático muito importante. Fez parte da chamada Liga dos Justos, que logo muda de nome para Liga dos Comunistas, delegando a dois jovens intelectuais proeminentes – Karl Marx e Friedrich Engels – a tarefa de redação de um manifesto que marcaria a fundação da liga.

² Sua principal referência filosófica era Hegel, a quem deve a influência da dialética como lógica de pensamento. Contudo, considerava que a dialética hegeliana era demasiadamente idealista, buscando aproximá-la da relação com a vida material concreta. Sintetizou essa concepção no que ficou conhecido como materialismo histórico dialético.

Em 1848, Marx e Engels entregam a seus camaradas um documento que superava as expectativas dos demais membros, que imaginavam um texto de poucos parágrafos e se depararam com um panfleto político denso e extenso. O *Manifesto do Partido Comunista* (ou simplesmente *Manifesto Comunista*) marca o início da corrente teórica conhecida como socialismo científico e dos movimentos políticos comunistas que se desenvolvem da Europa para o resto do mundo. Marx também participou, ativamente, da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como I Internacional (1864-1877), e manteve correspondência ativa com intelectuais e políticos durante toda a vida.

Ainda na juventude, afastava-se cada vez mais da filosofia, aproximando-se do estudo da história e da sociedade por meio da economia, fator que, como veremos adiante, é central para a abordagem do autor. Morre em Londres, em 14 de março de 1883, vítima de bronquite e pleurisia – agravada provavelmente pelo quadro depressivo que enfrentou após a morte de sua esposa, dois anos antes (FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2007).



Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Concepção de sociedade

Karl Marx concebia uma sociedade movida por necessidades materiais satisfeitas por intermédio do trabalho (ver o conceito de trabalho a seguir). Resumidamente, a atividade de trabalho engendra determinadas relações entre as pessoas que, por sua vez, correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (força de trabalho e meios de produção). Nas palavras do autor: “O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (2003, p. 5).

Se pudéssemos olhar a sociedade por meio da “lente” teórica de Marx, a imagem que apareceria seria a de uma sociedade estruturada em dois níveis: abaixo, o motor social, próprio da base econômica (modo de produção); acima, a manutenção desse motor, que é propiciada pela superestrutura jurídica e política (Estado) bem como pelas formas de consciência social de uma dada época (ideologia). A Figura 1 pode auxiliar na compreensão dessa concepção, desde que complementada pelas definições dos conceitos descritos, apresentados ao longo deste capítulo.

Figura 1 – Infraestrutura e superestrutura em Marx



Fonte: elaboração dos autores.

Para construir esse esquema interpretativo, Marx partiu de uma concepção de ordem filosófica, própria da sua herança hegeliana: ele acreditava que a realidade social era feita de contraditórios. A sociedade, nesse caso, apresentava-se como eminentemente conflituosa. Isso porque, ao longo da história, certos extratos sociais se apossavam de recursos econômicos fundamentais, subordinando o restante da população aos seus desígnios. Tal concepção se expressa, entre outras obras de sua juventude, neste trecho do *Manifesto Comunista*, redigido em conjunto com seu parceiro intelectual e político, o também alemão, Friedrich Engels:

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes. [Homem] livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 1997, p. 69).

De certa forma, até aqui, a história corrobora a tese dos autores, de que o conflito entre classes sociais teve como resultado novas configurações socioeconômicas. Ressalte-se, contudo, que o horizonte perseguido por Marx – a associação de indivíduos livres (comunista) – nunca se realizou plenamente da forma como o autor desejava, adentrando no campo da teleologia³ e sendo, justamente por isso, um dos temas mais controversos de sua obra. Em que pese sua importância sociopolítica, esse âmbito da teoria marxiana não será objeto desta reflexão, dados os limites da exposição aqui apresentada.

Destaca-se que Marx não se propôs a estudar e teorizar sobre um modelo geral de teoria sobre a sociedade (tal qual Auguste Comte ou Émile Durkheim) e tampouco adotou certo individualismo metodológico nos moldes weberianos, como discutimos nos capítulos anteriores. Seu objeto de estudo foi a sociedade capitalista, seu modo de produção e as relações de trabalho, repercussões objetivas sobre as condições materiais de vida da população e na subjetividade dos indivíduos, buscando, sempre, vincular situações particulares vividas pelas pessoas com os condicionantes econômicos gerais que a sociedade capitalista traz aos sujeitos. Para isso, propôs um método de estudo – hoje, podemos dizer sociológico – que não se restringisse à análise de condições gerais ou particulares da vida dos seres humanos, mas que também não perdesse a noção de totalidade social.

O método marxiano

Karl Marx expõe esquematicamente seu método de investigação e exposição no capítulo O método da economia política, que integra a obra *Contribuição à crítica da economia política* (2003).⁴ Nesse capítulo, o autor afirma que o pressuposto de uma boa investigação seria partir do concreto real, observando, inicialmente, as categorias de classificação gerais:

Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. (2003, p. 246-247).

³ Teleologia é o campo de estudos dos fins, propósitos, objetivos e finalidades da existência universal e humana.

⁴ Uma espécie de rascunho da sua obra mais densa: intitulada *O capital*.

Ocorre que essa primeira visão do social seria demasiadamente genérica, apresentando-se, aos olhos do pesquisador, como uma “visão caótica do todo”. Cabeiria, portanto, um exercício de análise que criasse conceitos cada vez mais simples, mostrando as relações presentes no interior de cada uma das categorias gerais. Depois disso, “seria necessário caminhar em sentido contrário”, voltando a observar as categorias gerais, agora já enriquecidas com a complexidade que se apresenta nas suas relações internas e externas. Dessa forma, aquilo que à primeira vista apareceria como “a representação caótica de um todo”, como resultado, apresentar-se-ia como uma “rica totalidade de determinações e de relações numerosas”.

Como exemplo podemos citar categorias gerais como “população, Nação, Estado, trabalho, etc.”, que vão sendo refinadas pelo observador com a criação de conceitos como “divisão do trabalho, dinheiro, necessidade, valor de troca”. Esse mesmo observador/pesquisador, ao realizar o caminho de volta ao geral, perceberá novas relações que estão presentes nas categorias Estado/Nação, por exemplo, os determinantes da divisão internacional do trabalho, bem como as relações sociais presentes nas trocas econômicas e no mercado mundial.

Em outras palavras, Marx pendia para o lado das determinações gerais, sobrepondo-se às particulares (preponderância da sociedade sobre os indivíduos), mas buscava mostrar também de que forma as determinações particulares influenciavam na organização societária geral.⁵

Conceitos fundamentais

Trabalho

Pode-se dizer que o trabalho é um conceito-chave para entender as demais ideias de Karl Marx. Os leitores ainda não iniciados na teoria marxiana (ou que leram apenas o *Manifesto Comunista*) podem estranhar, mas o autor tem uma visão positiva do trabalho. Essa ideia aparece em *O capital*, no capítulo 5.1, O processo de trabalho (MARX, 2013, p. 255-263), no qual ele adverte sobre a necessidade de não confundirmos as formas capitalistas de trabalho com seu sentido mais profundo, como plataforma da organização social.

⁵ O método de investigação marxiano é diferente do método de exposição dos resultados da investigação. Se, na pesquisa, deveria se partir do geral para o específico e, depois, novamente para o geral, na exposição já se inicia apresentando a definição das categorias mais simples em direção às gerais. Essa lógica de exposição aparece na organização da sua principal obra: *O capital*. Os volumes já estão divididos assim: Livro 1 – *O processo de produção do capital*, Livro 2 – *O processo de circulação do capital*, Livro 3 – *O processo global da produção capitalista*. E cada volume também segue essa lógica. O primeiro volume inicia-se com a categoria mais simples da produção capitalista, a mercadoria, finalizando com os capítulos que falam sobre a chamada acumulação primitiva e as teorias modernas da colonização.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Nesse último trecho, Marx fala da modificação da natureza humana, na passagem do ser humano de ente meramente biológico para um ser social. Isso porque realiza uma capacidade que o diferencia de outros animais: a de não agir exclusivamente por instintos. O trabalho envolve a existência de uma atividade orientada a uma finalidade, objetivo conscientemente planejado pelo sujeito previamente ao início da sua execução. Trazendo como resultado, no final do processo de trabalho, um produto que desde o início existia na imaginação do trabalhador.

Segundo Marx, o processo de trabalho envolve três momentos simples: “[1] a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; [2] em segundo lugar, seu objeto e, [3] em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 256).

60

⇨ Em relação ao objeto do trabalho, pode-se dizer que é tudo aquilo que o ser humano separa da natureza por meio do trabalho. É ele o foco da atividade laboral. Já o meio de trabalho é aquilo que o trabalhador coloca entre ele e o objeto de trabalho, servindo-lhe de guia em sua atividade de transformação desse objeto. Ou seja, as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas (sejam do próprio ser humano ou da natureza externa), que atuam sobre outras coisas para modificá-las. Em síntese, objetos e meios de trabalho são os bens necessários à execução do trabalho, que Marx sintetizou no conceito de *meios de produção* (MARX, 2013).

Percebam que o trabalho que consegue articular livremente esses três momentos simples descritos é uma atividade positiva para a sociedade e seus integrantes. É a base sobre a qual se desenvolvem todas as formas de organização social, a própria razão de ser da vida em sociedade. Entretanto, quando um desses aspectos (ou todos eles) não é mais controlado pela maioria das pessoas, o trabalho deixa de ser uma atividade gratificante em si, para tornar-se compulsória e sem sentido. O significado do trabalho passa a ser exclusivamente o da sobrevivência física das pessoas, que se veem obrigadas a se sujeitar a certas relações de trabalho se quiserem permanecer vivas.

Enfatizando!

Para trabalhar, a sociedade apropria-se da natureza como meio de produção, tanto do meio ambiente como da força de trabalho humana. Os **meios de produção** são, portanto, todos os objetos necessários à execução do trabalho. Ferramentas, máquinas, terra, energia, matérias-primas e até mesmo a força de trabalho humana compõem a matéria natural que as pessoas necessitam para trabalhar.

Como exemplos ilustrativos da importância da organização do trabalho em uma dada sociedade para a vida dos indivíduos, trazemos dois tipos de sociedades diferentes. Essas sociedades são exemplos didáticos, por isso ainda são criações imagéticas. De um lado, temos uma sociedade que organiza sua produção e circulação de mercadorias baseada na liberdade. Os sujeitos são educados nessa sociedade, objetivando que sejam convidados a criar novas formas de realizar seus conhecimentos e suas atividades produtivas.

Quando esses sujeitos chegam à idade adulta, ingressam em espaços produtivos, com a possibilidade de propor suas criações no espaço de trabalho, criando formas de modificar o tempo e o processo de produção. De outro lado, temos uma sociedade que organiza sua produção e circulação de mercadorias baseada no lucro de quem é dono do espaço de trabalho. Os sujeitos são educados nessa sociedade para reproduzir os modelos de pensamento e de produção existentes. Quando esses sujeitos chegam à idade adulta, ingressam em espaços produtivos, mantendo e reproduzindo a lógica produtiva e social existente. Segundo Marx, essa segunda sociedade seria muito próxima do modelo social existente no sistema capitalista.

No capitalismo, um conjunto de processos históricos combinados originou uma realidade em que os meios de produção já não são acessíveis a todos, mas, sim, propriedade privada de alguns. Àqueles que não têm outro meio de produção que não sua força de trabalho resta como alternativa única a venda de sua mão de obra para o acesso aos demais meios de produção e, conseqüentemente, aos meios básicos de vida.⁶ Esse processo terá profundos desdobramentos na organização dos meios de produção, educação e pensamentos sociais compartilhados.

Enfatizando!

Da primeira característica da **alienação**, ou seja, a separação do ser humano do seu meio de vida na natureza, decorrem as outras formas, que repercutem sobre a sua subjetividade e na ampliação de desigualdades sociais. O resultado mais imediato recai sobre aqueles que não possuem nenhum meio de produção que não seja a sua própria força de trabalho. Esses são obrigados a vender sua mão de obra no mercado, a fim de ter o acesso permitido aos meios de produção, em troca de uma contrapartida salarial. E, nesse momento, deixam também de controlar a forma, o conteúdo, o objetivo do trabalho e a destinação dos produtos do seu labor.

⁶ Sobre esse histórico, sugerimos a leitura do capítulo 24, A assim chamada acumulação primitiva, de *O capital* (MARX, 2013, p. 785-833).

Fonte: SILVA, Patrick, 2016.



O filósofo alemão não chamava o capitalismo de “sistema”. Talvez porque isso implicasse certa funcionalidade eficaz, algo que definitivamente o autor não acreditava. Para ele, o capitalismo, ao mesmo tempo em que revolucionou uma época – destruindo as velhas relações de produção feudais –, logo criou seus próprios limites e contradições permanentes. Por isso, Marx preferia chamá-lo, simplesmente, de “modo de produção”. O modo de produção é basicamente a soma entre forças produtivas e relações de produção.

Forças produtivas formam o conjunto que envolve a força de trabalho humana e os meios

de produção (objetos e meios de trabalho); em outros termos, a capacidade de trabalho humana (força e qualidade, física e intelectual) e o desenvolvimento do aparato técnico e tecnológico, que influenciam e são influenciados pelos modelos de organização do trabalho. Por *relações de produção*, sinteticamente, compreende-se a forma como a sociedade se organiza para produzir e como distribui os frutos do trabalho bem como os mecanismos de reprodução social subjetivos (como é o caso da ideologia).

Alienação

O conceito de alienação é igualmente importante na obra de Karl Marx. Desenvolvido ainda na sua juventude (quando tinha 26 anos), traz seus elementos principais na obra *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004). O “sentido fundamental do termo significa *perda de controle*: sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 14, grifo do autor).

No âmbito da teoria marxiana, o conceito de alienação está diretamente vinculado ao conceito de trabalho. Isso porque o trabalho livre é aquele em que o sujeito controla a sua atividade em todos os momentos que a caracterizam. Quando não ocorre dessa forma, estamos diante do trabalho alienado.

Os diferentes modos de produção que existiram historicamente, desde períodos anteriores até os dias atuais, alienaram o trabalho do ser humano de diversas formas. Sob o capitalismo, Marx indica, basicamente, quatro características da alienação, que repercutem em pessoas que não conseguem ser sujeitos da sua própria atividade produtiva, sendo subordinadas a estruturas alheias à sua vontade: “a) o homem está alienado da *natureza*; b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*); c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens)” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20, grifo do autor).

↔ 63

A primeira característica da alienação se expressa na separação do ser humano da sua relação direta com o meio ambiente, entendido no processo de trabalho como forma elementar de meio de produção (como objeto ou meio de trabalho). Nesse sentido, a alienação estaria contida em uma das características básicas do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção. Dito de outra forma, as terras e matérias-primas não são de livre acesso a quem bem desejar, mas propriedade de certos segmentos sociais. Para Marx, a propriedade privada dos meios de produção não foi resultado do trabalho, mas de processos sociais de apropriação indébita, ora obtidos por meios legais, ora por episódios de apropriação violenta, que depois se legitimaram socialmente.⁷

A segunda característica traz à tona o conceito de trabalho visto há pouco, no qual a satisfação de uma pessoa com a sua atividade produtiva passa a ser não por ela mesma, mas por uma propriedade externa. O trabalhador enxerga o trabalho como uma atividade que lhe é alheia, não oferecendo satisfação em si, mas a depender das condições em que consegue vender sua força de trabalho (especialmente da contrapartida salarial). Esse processo merece maior destaque.

⁷ Sobre o histórico da propriedade privada dos meios de produção, ler também o capítulo 24 de *O capital* (MARX, 2013, p. 785-833).

Se observássemos, por exemplo, um artesão que realiza a totalidade da fabricação de seu produto (um vestido, por exemplo), veríamos que ele escolhe o tecido, marca e corta dentro dos moldes estabelecidos pelo modelo, costura e faz os ajustes finais e entrega o produto pronto ao cliente. Ou seja, esse trabalhador não é alienado, já que é capaz de identificar a totalidade do seu trabalho no produto final e explicar como realizou cada parte do processo produtivo. Em oposição a um proletário que trabalha em uma fábrica de tecidos. Esse trabalhador possui um lugar fixo na esteira de produção, e seu trabalho resume-se em pegar um tecido da esteira rolante, cortar onde está marcado e devolver à esteira. Nesse caso, o trabalhador encontra-se alienado, já que não será capaz de identificar seu trabalho no produto final, não será capaz de produzir um vestido inteiro, muito menos explicar a totalidade desse processo de fabricação.

A terceira característica implica compreender que, para Marx, os *objetos do trabalho* são a manifestação concreta da vida da espécie humana. Isso porque o ser humano não constrói sua existência apenas intelectualmente, mas operativamente, contemplando-se também em um mundo material criado por ele (MÉSZÁROS, 2006, p. 20). A apropriação privada dos objetos do trabalho social faz com que o ser humano deixe de reconhecer os produtos do trabalho como seus e, conseqüentemente, o mundo criado à sua volta como resultado do seu próprio trabalho.

Por fim, a quarta característica expõe as consequências da alienação no sentido do estranhamento que o ser humano tem dos outros homens. Esse aspecto pode ser sentido tanto na esfera das relações de produção capitalistas, marcadas por uma tendência à fragmentação do processo de trabalho em tarefas relativamente simples e frequentemente individualizadas, como no resultado que se obtém com as mercadorias. Essas mercadorias são apresentadas no mercado, muitas vezes, como tendo propriedades imanentes que repercutem no seu preço, e não como resultado do trabalho social coletivo. Ao comprar uma mercadoria, o ser humano perde de vista que está se deparando com outro ser humano e sua força de trabalho incorporados no objeto que está adquirindo. Esse conjunto de elementos corrobora com o diagnóstico de Marx (2013) de que a *alienação* constitui uma patologia social contida no modo de produção capitalista.



Fonte: WESCHENFELDER, João Pedro Mocellin, 2016.

Mínimo para uma vida digna!

O Dieese desenvolve mensalmente um estudo que calcula o salário mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, levando em consideração o custo da cesta básica na cidade de São Paulo e uma estimativa de custos de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Em novembro de 2016, o salário mínimo nominal (legal) era de R\$ 880,00, enquanto o Dieese apontava o valor de R\$ 3940,41 como sendo o mínimo necessário.

Fonte: DIEESE, 2016.

Marx considera que as mercadorias distinguem-se dos produtos gerais do trabalho. Todo processo de trabalho tem como resultado um objeto, que tem em si um valor de uso. Um objeto sem uma utilidade real ou aparente não apresenta razão de existir e é pouco provável que seja fabricado. Para Marx, contudo, o objetivo principal do modo de produção capitalista não é a produção de valores de uso (objetos socialmente úteis). O objetivo capitalista é o da acumulação privada de capital, para o qual os objetos de trabalho são apenas o seu meio de obtenção. É por meio da mercadoria que essa relação se expõe de maneira mais clara, pois uma mercadoria não tem apenas um *valor de uso* (como outros objetos de trabalho), mas também um *valor de troca*, o que possibilita seu intercâmbio no mercado e valorização para a obtenção de capital.

O grande *insight* de Marx foi buscar na economia política clássica (em pensadores como David Ricardo) a base para desvendar um dos enigmas da mercadoria. No valor de troca da mercadoria, está expresso o trabalho humano. Em outros termos, o fator predominante para definir o valor de troca de uma mercadoria (e consequentemente afetar diretamente o seu preço) é a quantidade de trabalho social incorporada no objeto. Quantas horas, em média, a sociedade de-

mora para fabricar determinado objeto? Respondendo a essa questão, é possível saber qual o valor de troca desse objeto.

O mesmo aplica-se à mercadoria “força de trabalho”. Quantas mercadorias são necessárias para repor as condições de existência de um trabalhador? Assim é conhecido qual o valor de troca dessa força de trabalho. Percebam que nem sempre o salário acompanha o real valor da mão de obra. Grande parte dos trabalhadores recebe abaixo das suas condições de existência, basta comparar o valor do salário mínimo nominal com o que órgãos, como o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apontam como sendo o *mínimo necessário para uma vida digna* (DIEESE, 2016).

De qualquer forma, quando Marx explica o conceito de mais-valia, parte do pressuposto de um salário que corresponde ao seu devido valor. Mostrando que, mesmo quando pago integralmente de acordo com o critério exposto, ele está abaixo do valor daquilo que é produzido por uma pessoa durante sua jornada de trabalho. Por exemplo, considerando uma jornada de oito horas diárias, se, em quatro horas de trabalho, uma pessoa consegue produzir mercadorias que pague seu salário e demais custos de produção (inclusive impostos), nas demais

66



quatro horas estará produzindo um excedente, que será apropriado pelo dono da empresa. Essa diferença Marx chamou de trabalho excedente, um valor que é criado a mais ou simplesmente: mais-valia.

Ideologia

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência (MARX, 2003, p. 5).

Ideologia é um termo que, para Marx, adquire um significado distinto do que um mero conjunto de ideias. No interior de uma classe social, os seus integrantes tendem a ter visões de mundo semelhantes, baseadas na sua posição social e nos interesses decorrentes, que podem se apresentar como ação política (conforme veremos no conceito de classes sociais). Contudo, nem todas as classes sociais têm o mesmo poder de reprodução de suas ideias para o conjunto social. As classes sociais dominantes, em uma dada época, conseguem, a partir do seu poder econômico, criar um conjunto de instituições que propagam e reproduzem seus valores sociais e ideias.

Entretanto, essas ideias, segundo o autor alemão, servem para mascarar a dominação que exercem sobre as demais classes, para que essa superioridade não se estruture exclusivamente na base da força, mas também na persuasão.

Nesse sentido, não basta que as classes subalternas sejam dominadas, mas é necessário que elas não percebam a existência da dominação ou que a considerem como legítima. Em outros termos, o conceito marxiano de ideologia se refere a uma percepção parcial ou falsa de mundo, e não a um agregado de ideias qualquer. Um conjunto de ideias que é produzido pelas classes dominantes de modo a reforçar sua posição hierárquica na estrutura social.

Como exemplos, podemos citar os programas vinculados na televisão brasileira, cujos conteúdos, normalmente, contêm valores, normas e condutas ideológicas, na maioria das vezes, advindas das classes dominantes. Um exemplo ilustrativo são as novelas, que repassam para as demais classes a vida de luxo das classes mais abastadas, com seus cafés da manhã dignos de hotel cinco estrelas, com suas conversas e tramas dignas de uma elite. Essas novelas, em nenhum momento, problematizam essas realidades e esses valores, apenas os repassam. Como consequência desse processo, quando se pergunta a um cidadão pobre, comum, o que ele desejaria se ganhasse na loteria, em sua mente, estarão imagens de um ideal de vida, já apresentado a ele em novelas e filmes. O ideal de vida e mesmo nossos sonhos de conforto são produtos da vida da classe dominante burguesa. Segundo Marx, nada é mais ideológico do que sonhar em ser burguês em uma sociedade organizada dentro de um modo de produção capitalista.

Classes sociais

A classe social é, sem sombra de dúvida, um dos fatores mais relevantes de diferenciação e desigualdade social. Na sociologia, existem várias definições sobre a expressão classe social, o que têm em comum é que todas remetem a diferenças socioeconômicas. No caso de Marx, o conceito está revestido de dimensões econômicas, mas também políticas.

Na dinâmica da sociedade capitalista, duas classes teriam papel preponderante: a burguesia e o proletariado. A primeira seria composta pelos grandes proprietários dos meios de produção, enquanto a segunda não possuiria outro meio de produção se não sua própria força de trabalho. Marx menciona, ainda, a existência de outras classes sociais, como a pequena burguesia, o campesinato e o lumpemproletariado. Contudo, a tendência dessas classes seria a de ser absorvida por uma das duas classes principais (em geral pelo proletariado) ou de diminuir sua importância no conjunto socioeconômico.

Do ponto de vista econômico, a diferença se estabelece, inicialmente, na posição que se ocupa nas relações de produção, determinada, em última instância, pela propriedade dos meios de produção. Dessa distinção inicial, derivam consequências no que tange à distribuição dos recursos financeiros. Ou seja, o filho de

alguém que é dono de alguma fábrica, loja ou indústria já nasce com privilégios de classe. Esse terá grande chance de ser formado para ser gestor do trabalho dos demais. No caso de um indivíduo nascer em uma família cujos pais são proletários, sua chance de ser e de se manter proletário assalariado é muito alta. Esse indivíduo será criado e socializado dentro do entendimento de que é no trabalho físico e no salário mínimo que se conquista dignidade.

Em relação ao âmbito político, Marx enxergava uma tendência dos membros das classes sociais de agir de acordo com os seus interesses econômicos particulares, adentrando a cena pública para defendê-los. Em especial, quando havia identidade de classe, seus membros agiam não só como classe em si, mas também para si, em prol de seus interesses. Assim, se o sujeito pertencesse à classe burguesa, suas intenções políticas seriam de preservação dos seus interesses de classe, de manutenção da propriedade privada, da validade legal da exploração do trabalho do proletário, da isenção fiscal e da redução dos impostos sobre a circulação do capital. Mas, se o sujeito pertencesse à classe proletária, ele teria o potencial de ingressar na arena política em defesa dos seus interesses, se ele não estivesse alienado da sua realidade e imerso em elementos ideológicos burgueses.

Estado⁸

Como já mencionado, Marx é herdeiro de uma série de concepções filosóficas hegelianas, embora tenha feito duras críticas, ele buscou superar conceitos que julgava ainda idealistas (sem relação necessária com a base material que estrutura a sociedade). De qualquer forma, já em Hegel aparece um rompimento com as visões contratualistas do surgimento do Estado. Tais concepções são convergentes à ideia de que o Estado surge a partir de um contrato social que foi estabelecido como forma de superar os conflitos entre os homens, seja por um suposto *estado de natureza* egoísta e maléfico original dos seres humanos (como em Hobbes e Locke) ou adquirido (como em Rousseau). Muito embora o Estado seja visto por Hegel também como forma de superar os conflitos próprios da sociedade civil:

Hegel considera o Estado como instância responsável por evitar a desagregação social. Sem a presença do Estado, a sociedade civil ruiria ante o efeito devastador das lutas de classes. Tomado nessa acepção, o Estado teria a função de imprimir racionalidade à sociedade civil, fundando a sociedade política (SOUZA, 2010, p. 34).

⁸ Por Estado entende-se basicamente o conjunto de instituições com poder soberano de governar um povo dentro de determinado território. No caso brasileiro, o Estado é formado por três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) bem como pelas demais instituições que compõem o chamado poder público, como escolas, universidades, polícia, exército, etc.

Entretanto, Marx rejeita uma consideração positiva sobre o papel do Estado. Na sua visão, longe de realizar “o reino da liberdade”, com princípios universais, o Estado moderno sacralizou o modo particular burguês de ver o mundo e organizar a produção. Nesse sentido, todo o processo de construção das leis e seu cumprimento seriam no sentido de atenuar os conflitos de classe, fundamentalmente, para que as lutas de classe não coloquem em risco o domínio da burguesia sobre o conjunto social.

Retomando o esquema apresentado na Figura 1, vemos como o autor não concebe as formas políticas (como o Estado) e ideológicas, estando descoladas do modo de produção, mas determinando-se mutuamente. Ainda que não tenha desenvolvido uma teoria geral do Estado, a visão de Marx sobre o conceito vai se desnudando desde os seus trabalhos de juventude até a maturidade, incluindo as análises políticas sobre movimentos da época e anteriores.

Referências

- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos*. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016
- FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. *Karl Marx (1818-1883): his life, work and legacy up to the present day*. Exhibition in his birthplace in Trier. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante, 1997. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>. Acesso em: 19 out. 2015.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 25-39, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2015.

Sugestão de leitura complementar

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes/UnB, 1987.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Nós e o marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Sugestão de filmes e documentários

A CLASSE operária vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Itália, 1971.

O DISCRETO charme da burguesia. Direção: Luis Buñuel. França; Itália; Espanha, 1972.

ELES não usam black-tie. Direção: Leon Hirszman. Brasil, 1981.

REVOLUÇÃO dos bichos. Direção: John Halas; Joy Batchelor. Inglaterra, 1954.

O SALÁRIO do medo. Direção: Henri-Georges Clouzot. França; Itália: 1953.

TEMPOS Modernos. Direção: Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936.